



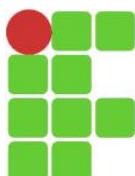
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA DIVERSIDADE NA MODALIDADE:  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Aprovado pela Resolução nº 70/2013/CONSUP/IFTO, de 11 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade, Área do Conhecimento: Ciências Humanas, Sub-área: Educação, Modalidade: Ensino a Distância a ser ofertado pelo *Campus* Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO.

PALMAS-TO  
DEZEMBRO 2013



Av. Joaquim Teotônio Segurado  
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.  
77.020-450 Palmas - TO  
(63) 3229-2200  
[www.ifto.edu.br](http://www.ifto.edu.br) - [reitoria@ifto.edu.br](mailto:reitoria@ifto.edu.br)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

**Francisco Nairton do Nascimento**  
Reitor

**Equipe de Elaboradores:**

Portaria n.º316/2013/REITORIA/IFTO, DE 27 DE MAIO DE 2013

Carla Dettemborn de Cól (presidente)  
Ana Lúcia Petrocione Jardim  
Rodrigo Antonio Magalhaes Teixeira  
Lidiane das Graças Bernardo Alencar  
Rodrigo Jorge Siqueira

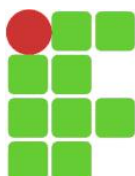
Portaria n.º151/2013/*Campus* Paraíso do Tocantins/IFTO, DE 21 DE Novembro DE 2013 –

Nayara Dias Pajeú Nascimento (presidente)  
Raquel Bezerra Barros  
Maria Goretti Pereira Nogueira

**Revisão:**

Lidiane das Graças Bernardo Alencar

*“Agradecemos a todos os profissionais da educação, verdadeiros educadores por colaborarem com a construção deste projeto. Será de grande valia para a Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores em educação no Estado do Tocantins.”*

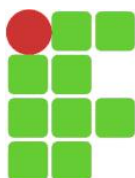




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

## SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>5</b>
2.1 <i>Histórico da Instituição.....</i>	22
<b>3. OBJETIVOS.....</b>	<b>24</b>
3.1 <i>Geral.....</i>	24
3.2 <i>Específicos.....</i>	24
<b>4. PÚBLICO-ALVO .....</b>	<b>25</b>
<b>5. DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>25</b>
5.1 <i>Metodologia.....</i>	25
5.2 <i>Estrutura Curricular.....</i>	27
5.3 <i>Trabalho de Conclusão de Curso.....</i>	36
5.4 <i>Encontros presenciais.....</i>	37
5.5 <i>Atividades à Distância.....</i>	38
5.6 <i>Avaliação.....</i>	38
5.8 <i>Equipe Pedagógica e Administrativa.....</i>	40
<b>7. CERTIFICAÇÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>8. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>
Anexo 1 – <i>Planilha de Bolsas.....</i>	46
Anexo 2 – <i>Recursos Financeiros para Custeio do Curso.....</i>	47
Anexo 3 – <i>Atribuições da Equipe Pedagógico/Administrativa.....</i>	48



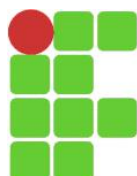


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

## 1. IDENTIFICAÇÃO

<b>1.1 Instituição:</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Campus Paraíso do Tocantins.
<b>1.2 CNPJ:</b>	10.742.006/0004-30
<b>1.3 Endereço:</b>	Rodovia BR-153, Km 480, Distrito Agroindustrial – Cep. 77.600-000, Paraíso do Tocantins – TO.
<b>1.4 Contatos:</b>	(63) 3361-0300/3361-0328
<b>1.5 Curso:</b>	Curso de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade
<b>1.6 Nível:</b>	<i>Especialização</i>
<b>1.7 Modalidade:</b>	<i>Ensino a Distância</i>
<b>1.8 Carga Horária:<sup>1</sup></b>	Total: 375 horas
	Presencial: 30 horas de atividades avaliativas presenciais
	À distância: 345 horas
<b>1.9 Meta Física:</b>	100 vagas, divididas em 4 turmas
<b>1.10 Custeio:</b>	SECADI/MEC
<b>1.11 Local de realização:</b>	IFTO / Campus Paraíso do Tocantins
	Sediado em Paraíso do Tocantins e demais pólos a serem definidos.
	(63) 3361-0300
<b>1.12 Início:</b>	2014/1
<b>1.13 Término:</b>	2015/1
<b>1.14 Coordenador do Curso:</b>	Nayara Dias Pajeú Nascimento CPF: 697721342-68
	Técnica em Assuntos Educacionais/Pedagoga/Mestre em Educação
	(63) 8129-1555 / npajeu@ifto.edu.br
<b>1.15 Coordenador do Comitê Institucional</b>	Janaína Miranda Muradas Amorim
	(63) 3229-2248 janainamorim@ifto.edu.br

<sup>1</sup> Conforme o artigo nº. 4 do Decreto 5.622/2005





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

<b>1.16 Pró-Reitoria Responsável:</b>	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
	(63) 3229-2231 <a href="mailto:propesquisa@ifto.edu.br">propesquisa@ifto.edu.br</a>
<b>1.17 Informações sobre a oferta</b>	1ª oferta

## 2. JUSTIFICATIVA

O Curso apresentado será oferecido pelo Campus Paraíso do Tocantins em parceria com a comissão multissetorial da Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, estando de acordo com o Regulamento Geral de Pós Graduação Lato-Sensu aprovado pela Resolução nº 16/2010/IFTO.

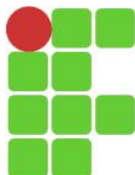
É fundamental que se implemente uma política pública voltada para a formação de educadores que atuam e/ou atuarão como mediadores na Educação de Jovens e Adultos - EJA, a qual por sua vez, rompendo com o processo de uma Escola Reprodutivista, excludente e que por conseguinte em seus currículos não atende a diversidade e suas minorias tem como dever a promoção da elevação da escolaridade, no sentido de contribuir para a integração sociolaboral de um grande contingente de cidadãos que foram cerceados no seu direito a educação básica na idade tida como regular, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei n.º 9.394/96.

De acordo com o parágrafo único incluído pela Lei nº 12.796, de 2013 no Art. 62-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB “*Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação*”.

Por ser esse um campo peculiar de conhecimento, a Educação de Jovens e Adultos -EJA exige que se implante e implemente uma política específica para a formação de educadores para nela atuar, uma vez que há carência significativa no magistério em todos os nível e modalidades de uma sólida formação continuada de educadores para atuar nessa esfera. Entende-se que a formação destes educadores é uma das maneiras fundamentais para se mergulhar no universo das questões que compõem a realidade desse público, de investigar os modos de se aprender de forma geral e principalmente a partir da andragogia, tendo em vista compreender e favorecer lógicas e processos de sua aprendizagem no ambiente escolar.

Esse projeto nasce então a partir de orientações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação, com o objetivo fomentar a capacitação de profissionais da educação (educadores) para atuarem nos sistemas públicos de ensino.

A partir de então, partiu-se para um estudo detalhado sobre como sistematizar a oferta dessa pós-graduação. Como o objetivo da proposta é oferecer a complementação na formação dos profissionais, em especial de educadores das redes públicas de ensino, residentes e





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

domiciliados em várias localidades do Estado do Tocantins, apontamos a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs situando o presente curso na modalidade de Ensino à Distância - EaD, pois a mesma possibilitará uma maior interiorização desse tipo de formação, alcançando por meio dos polos de EaD, municípios onde ainda não foi possível a implantação de novos Câmpus do IFTO.

Para o levantamento da demanda foi realizada uma pesquisa junto à Secretaria de Estado da Educação do Estado do Tocantins que indicou que 183 educadores que estão em exercício na EJA do Estado não possuem especialização e teriam interesse em realizar uma pós-graduação na área. Além disso, utilizou-se dados extraídos do PDE Interativo, no qual 94 professores da rede municipal de educação de diversos municípios do Estado do Tocantins escolheram a especialização em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade dentre as diversas opções de cursos disponibilizados.

Corroborando para a implantação do presente curso as informações de que no âmbito do IFTO temos ainda 160 educadores (educadores e técnicos) que ainda não tem especialização. Ressalta-se que estes educadores têm como missão a implantação e implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA e que essa especialização será um lócus profícuo para os debates acerca da diversidade na EJA.

Aliado a essas colocações, há a constatação de pesquisadores como Paulo Freire, Moacir Gadotti e Gaudêncio Frigotto que argumentam a existência de uma dívida social para com os educandos adultos, pois em algum momento, esses foram privados do direito à educação. Nesse sentido a formação dos profissionais é necessária, pois, trata-se de um público com especificidades e demandas diferentes.

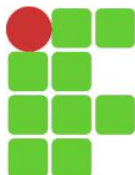
Ratifica o exposto até aqui que muitas vezes definimos erroneamente Educação de Jovens e Adultos fazendo-se necessário conhecer um pouco da história dessa modalidade de ensino na qual a diversidade, a dialética e tantas outras transversalidades estão como essência do processo.

Segundo Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72), os termos Educação de Adultos e Educação não formal referem-se à mesma área disciplinar, teórica e prática da educação, porém com finalidades distintas.

A popularização desses termos tem sido utilizada, principalmente por organizações internacionais como a UNESCO referindo-se a uma área especializada da Educação. No entanto, existe uma diversidade de paradigmas dentro da Educação de Adultos.

A Educação de Adultos tem estado, a partir da Segunda Guerra Mundial, a cargo do Estado, muito diferente da Educação não-formal, que está vinculada a organizações não-governamentais.

A Educação Popular, após a Segunda Guerra Mundial, era concebida como extensão da Educação formal para todos, sobretudo para os menos privilegiados que habitavam as áreas das zonas urbanas e rurais.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Após a I Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada na Dinamarca, em 1949, a Educação de Adultos tomou outro rumo, sendo concebida como uma espécie de Educação Moral. Dessa forma, a escola, não conseguindo superar todos os traumas causados pela guerra, buscou fazer um "paralelo" fora dela, tendo como finalidade principal contribuir para o resgate do respeito aos direitos humanos e para a construção da paz duradoura.

A partir da II Conferência Internacional de Educação de Adultos em Montreal, no ano de 1963, a Educação de Adultos passou a ser vista sob dois enfoques distintos: como uma continuação da educação formal, permanente e como uma educação de base ou comunitária.

Depois da III Conferência Internacional de Educação de Adultos em Tóquio, no ano de 1972, a Educação de Adultos volta a ser entendida como suplência da Educação Fundamental, reintroduzindo jovens e adultos, principalmente analfabetos, no sistema formal de educação.

A IV Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Paris, em 1985, caracterizou-se pela pluralidade de conceitos, surgindo o conceito de Educação de Adultos.

Em 1990, com a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizado em Jomtien, na Tailândia, entendeu-se a alfabetização de Jovens e Adultos como a 1ª etapa da Educação Básica, consagrando a ideia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização, do mercado e mundo do trabalho.

Conforme Freire apud Gadotti (1979, p. 72) nos anos 40 do século XX, a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Na década de 50, a Educação de Adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a Educação de Adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora) pontificada por Paulo Freire e a Educação de Adultos entendida como educação funcional (profissional).

Na década de 70, essas duas correntes continuaram a ser entendidas como Educação não formal e como suplência da mesma. Com isso, desenvolve-se no Brasil a tão conhecida corrente: o sistema MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), propondo princípios opostos aos de Paulo Freire.

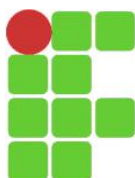
A Lei de Reforma nº. 5.692/71 atribui um capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos Estados atender jovens e adultos. (BRASIL. MEC, LDB, 1974).

Do ensino supletivo – Cap. IV da LDB

Art. 24 – O ensino supletivo terá por finalidade:

a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria; b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único – O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Art. 25 – O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

§1 – Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de educando a que se destinam.

§2 – Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de educandos.

Art.26 – Os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo-comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizados para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.

§1 – Os exames a que se refere este artigo deverão realizar-se: Ao nível de conclusão do ensino de 1º grau, para os maiores de 18 anos; Ao nível de conclusão do ensino de 2º grau, para os maiores de 21 anos;

§2 – Os exames supletivos ficarão a cargo de estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, indicados nos vários sistemas, anualmente, pelos respectivos Conselhos de Educação.

§3 – Os exames supletivos poderão ser unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino ou parte deste, de acordo com normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art.27 – Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a educandos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

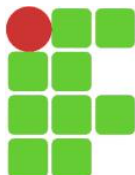
Parágrafo único – Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incuírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

Art.28 – Os certificados de aprovação em exames supletivos e os relativos à conclusão de cursos de aprendizagem e qualificação serão expedidos pelas instituições que os mantenham.

A Lei de Reforma nº 5.692, que dedicou, pela primeira vez na história da educação, um capítulo ao ensino supletivo, foi aprovada em 11 de agosto de 1971 e veio substituir a Lei nº 4.024/61, reformulando o ensino de 1º e 2º graus. Enquanto a última LDB foi resultado de um amplo processo de debate entre tendências do pensamento educacional brasileiro, levando treze anos para ser editada, a Lei de Reforma nº 5.692/71 foi elaborada em um prazo de 60 dias, por nove membros indicados pelo então Ministro da Educação Coronel Jarbas Passarinho.

O passo seguinte foi dado pelo MEC quando instituiu um grupo de trabalho para definir a política do Ensino Supletivo e propor as bases doutrinárias de Vanir Chagas. O ensino supletivo foi apresentado como um manancial inesgotável de soluções para ajustar, a cada instante, a realidade escolar às mudanças que se operavam em ritmo crescente no país e no mundo.

Segundo Soares (2002), o Parecer nº 699/72, do conselheiro Valnir Chagas, estabeleceu a doutrina para o ensino supletivo. Os exames supletivos passaram a ser organizados de forma







**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

centralizada pelos governos estaduais. Os cursos, por outro lado, passaram a ser organizados e regulamentados pelos respectivos Conselhos de Educação. O Parecer nº 699/72 foi elaborado para dar fundamentação ao que seria a doutrina de ensino superior. Nesse sentido, ele viria a "detalhar" os principais aspectos da Lei nº 5.692, no que tange ao ensino supletivo, facilitando sua compreensão e orientando sua execução.

A estrutura de Ensino Supletivo, após a LDB de 1971, seguiu a orientação expressa na legislação de procurar suprir a escolarização regular daqueles que não tiveram oportunidade anteriormente na idade própria. As formas iniciais de atendimento a essa prerrogativa foram os exames e os cursos. O que até então era a "madureza" passou ao controle do Estado, foi redefinido e se transformou em Exames Supletivos. A novidade trazida pelo Parecer nº 699/72 estava em implantar cursos que dessem outro tratamento ao atendimento da população que se encontrava fora da escola, a partir da utilização de novas metodologias (BRASIL. CFE, 1972).

A Lei nº 5692/71 concedeu flexibilidade e autonomia aos Conselhos Estaduais de Educação para normatizarem o tipo de oferta de cursos supletivos nos respectivos Estados. Isso gerou grande heterogeneidade nas modalidades implantadas nas unidades da federação. Para implementar a legislação, a Secretaria Estadual da Educação criou, em 1975, o departamento de Ensino Supletivo (DESU) em reconhecimento à importância crescente que essa modalidade de ensino vinha assumindo (BRASIL. MEC, LDB, 1974).

Segundo Soares apud Haddad (1991, p. 189) durante o período de 1964 e 1985, foi revelado que o Estado procurava introduzir a utilização de tecnologias como meio de solução para os problemas da Educação, o qual trás a seguinte afirmativa:

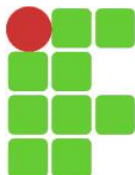
Esta ideia de tecnologia a serviço do econômico e do pedagógico perdurou por todo o período estudado. O Estado se propunha a oferecer uma educação de massas, a custos baixos, com perspectiva de democratizar oportunidades educacionais, "elevando" o nível cultural da população, nível este que vinha perdendo qualidade pelo crescimento do número pessoas, segundo sua visão.

Segundo Paiva apud Gadotti (1995, p. 31) "*até a 2ª Guerra Mundial, a Educação de Adultos no Brasil era integrada à Educação Popular, ou seja, uma educação para o povo, difusão do ensino elementar*". Somente depois da 2ª Guerra Mundial é que a Educação de Adultos foi concebida como independente do ensino elementar.

Segundo Paiva apud Gadotti (1995, p. 31), a Educação de Adultos, em âmbito histórico, pode ser dividida em três períodos:

1º – de 1946 a 1958, quando foram realizadas campanhas nacionais de iniciativa oficial para erradicar-se o analfabetismo;

2º – de 1958 a 1964, em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação marcante de Paulo Freire. Esse congresso abriu as portas para o problema da alfabetização que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964;





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

3º – O MOBRAL, que foi concebido como um sistema que visava ao controle da alfabetização da população, principalmente a rural. Com a redemocratização (1985), a "Nova República" extinguiu o MOBRAL e criou a Fundação Educar. Assim sendo, a Educação de Adultos foi enterrada pela "Nova República".

Em 1989, em comemoração ao Ano Internacional da Alfabetização, foi criada, no Brasil, a Comissão Nacional de Alfabetização, coordenada inicialmente por Paulo Freire e depois por José Eustáquio Romão (DURANTE, 1998, p. 14).

A extinção da Fundação Educar, em 1990, o Governo Federal ausenta-se desse cenário educacional, havendo um esvaziamento constatado pela inexistência de um órgão ou setor do Ministério da Educação voltado para esse tipo de modalidade de ensino.

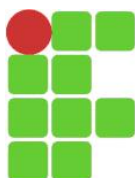
Fatores como a falta de recursos financeiros, aliada à escassa produção de estudos e pesquisas sobre essa modalidade, tem contribuído para que essa educação se torne uma mera reprodução do ensino para jovens e adultos. Isso explica o histórico distanciamento entre sociedade civil e Estado no que diz respeito aos problemas educacionais brasileiros.

No Plano Nacional de Educação, temos como um dos objetivos e prioridades a garantia de ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos (BRASIL. PNE, out. 2006), bem como para a formação para o trabalho, uma vez que são trabalhadores.

Apesar de todas essas propostas e segundo Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72), a UNESCO nos mostra, por meio de dados, que o "*número de analfabetos no mundo tem aumentado e o Brasil engrossa cada vez mais essas estatísticas*".

Esse fracasso, de acordo com Freire apud Gadotti (1979, p. 72), pode ser explicado por vários problemas, tais como: "*a concepção pedagógica e os problemas metodológicos, entre outros*". Que querendo ou não recaem sobre o educador que em sua formação inicial e continuada acaba por não ter acesso aos pressupostos teóricos e metodológicos que remontam a andragogia.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, como afirma Gadotti (1979), uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação e, para isso, o educador deve conhecer bem o próprio meio do educando, pois somente conhecendo a realidade desses jovens e adultos é que haverá uma educação de qualidade.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Considerando a própria realidade dos educandos, o educador conseguirá promover a motivação necessária à aprendizagem, despertando neles interesses e entusiasmos, abrindo-lhes um maior campo para atingir o conhecimento. O jovem e o adulto querem ver a aplicação imediata do que estão aprendendo e, ao mesmo tempo, precisam ser incentivados em sua auto-estima, pois sua aparente "ignorância" lhes traz na maioria das vezes ansiedade, angústia e "complexo de inferioridade".

Os jovens e adultos são tão capazes como uma criança, exigindo somente mais técnica e metodologia eficientes para esse tipo de modalidade. Dessa forma ratifica-se cada vez mais a implantação e implementação de políticas de formação inicial e continuada de educadores.

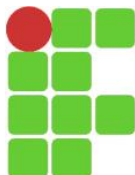
Diante do exposto quanto à história da Educação de Jovens e Adultos, é imprescindível falarmos também, da história de um dos principais expoentes nessa modalidade educacional que foi Paulo Freire, ao abordar a educação popular e comunitária, voltada para os jovens e adultos que estão fora da faixa etária, procurando instituir a política educacional como forma de suprir tal demanda que outrora, encontrava-se aquém, visto ser a educação um fenômeno social capaz de mudar a realidade de um país.

Conforme estudos realizados por Gerhardt (2006) e elucidados em seu trabalho intitulado *Uma voz europeia: arqueologia de um pensamento*, Paulo Freire nasceu no Recife, na mais pobre área dessa grande nação latino-americana. Embora criado em uma família de classe média, interessou-se pela educação dos oprimidos de sua região. Formou-se em Direito e desenvolveu um "sistema" de ensino para todos os níveis da educação. Foi encarcerado duas vezes em seu país e tornou-se figura de destaque no âmbito internacional. Hoje, Paulo Freire é considerado o mais conhecido educador de nosso tempo.

Paulo Freire inicia seus trabalhos com iniciativas populares, quando decide organizar, juntamente com paróquias católicas, projetos que abrangem desde o jardim de infância até à educação de adultos, objetivando o desenvolvimento do currículo e a formação de educadores. O resultado desse trabalho foi partilhado com outros grupos, técnicas como: estudo em grupo, ação em grupo, mesas redondas, debates e distribuição de fichas temáticas eram praticados nesse tipo de trabalho.

Foi a partir do desenvolvimento desse projeto que se começou a falar de um sistema de técnicas educacionais, o "Sistema Paulo Freire", que podia ser aplicado em todos os graus da educação formal e da não-formal. Mais tarde, nas décadas de 70 e 80, no seu trabalho em alfabetização, um elemento do sistema foi interpretado sob a denominação "Método Paulo Freire" e "conscientização" como um *passé-partout* para a revolução. Por essa razão, Paulo Freire parou de usar essas expressões, enfatizando o caráter político da educação e sua necessária "reinvenção" em circunstâncias históricas diferentes.

Em 1960, Paulo Freire trabalhando como coordenador dos projetos de educação de adultos, apóia a criação do Movimento de Cultura Popular (MCP), mas, infelizmente, militantes católicos, protestantes e comunistas interpretam suas tarefas educativas de modo diferente e criam uma cartilha de alfabetização de adultos, escolhendo uma diretriz política de abordagem.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Paulo Freire foi contra essa prática, pois a mesma consistia no ensino de mensagens prontas aos analfabetos, a fim de manipulá-los (GERHARDT, 2006).

Ele estava convencido da capacidade inata das pessoas, pois já fizera experiências nos domínios visual e auditivo enquanto elas aprendiam a ler e escrever. Contudo, ainda assim faltava o estímulo com que Freire poderia evocar o interesse pelas palavras e sílabas em pessoas analfabetas. Faltava a "consciência" dos termos individuais.

A experiência mostrou para ele que não era suficiente começar com uma discussão intensa da realidade. Analfabetos são fortemente influenciados por suas falhas na escola e em outros ambientes de aprendizagem. Com a finalidade de reduzir esses obstáculos e provocar um impulso motivador, Freire experimentou verificar a distinção entre as habilidades de seres humanos e de animais em seus ambientes particulares.

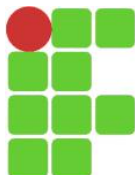
Freire começou a experimentar essa nova concepção na alfabetização, no círculo cultural que ele mesmo coordenava como monitor e cujos membros conhecia pessoalmente. Freire relata que na 21ª hora de alfabetização, um participante era capaz de ler artigos simples de jornal e escrever sentenças curtas. Os slides, particularmente, criavam grande interesse e contribuíam para a motivação dos participantes. Depois de 30 horas (sendo uma hora por dia, durante cinco dias da semana) a experiência foi concluída. Três participantes tinham aprendido a ler e escrever. Podiam ler textos curtos e jornais e escrever cartas. Dois participantes evadiram-se. Assim nasceu o "Método Paulo Freire de Alfabetização" (FREIRE, 1996, p. 46).

Na sua aplicação na cidade de Diadema (SP), nos anos de 1983-86 e, parcialmente, na tão discutida estrutura do MOVA-SP, na cidade e São Paulo (1989-92), durante a "administração Freire", na Secretaria Municipal de Educação, os vários passos do método permaneceram os mesmos, embora houvesse mudanças na ordem e no conteúdo, de acordo, de acordo com a situação sócio-econômica dos vários locais de alfabetização" (FREIRE, 2003, p. 34).

Com a criação do Movimento de Cultura Popular (MCP), Paulo Freire passou a ser um dos seus líderes mais atuantes. Como ocorria na prática dos "Projetos" do MCP, o Projeto de Educação de Adultos desdobrava-se em outros programas ou projetos de menor amplitude.

O método teve um irresistível sucesso em todo o Brasil. Era possível agora tornar os iletrados - eram cerca de 40 milhões naquela época – alfabetizados (como alfabetizados eles podiam votar) e conscientes dos problemas nacionais. Reformistas e revolucionários de esquerda investiram em Freire, e em sua equipe, que logo se encarregou de implementar o Plano Nacional de Alfabetização (BRASIL. MEC, 1963). *"Dinheiro surgia de todas as fontes e, dentre elas, destacavam-se o escritório regional da Aliança para o Progresso de Recife, os governos reformistas do Nordeste e o Governo Federal populista de João Goulart"* (FREIRE, 2003, p. 35).

Conquanto, já coordenador nacional da torrente alfabetizadora, com a rápida expansão do Movimento Popular de Educação em seu país, Freire estava atento às armadilhas que a implementação nacional de sua e de outras concepções poderia causar. A dificuldade expressou-





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

se na campanha-piloto em Brasília, que claramente apontava para o dilema do mais famoso educador brasileiro, cuja "ação cultural para a liberdade" encontrava obstáculos para ser implementada no contexto do sistema educacional em vigor no país.

A derrubada do Governo Federal pelas forças militares brasileiras, em março de 1964, interrompeu a grande experiência. A segunda chance de Freire (apud Gadotti, 1979, p. 71), em um alto posto administrativo só ocorreria 25 anos depois e "colocaria o mesmo dilema para si e seus colaboradores".

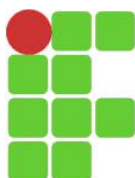
Encarcerado duas vezes por causa e seu "método subversivo", Paulo Freire teve a embaixada da Bolívia como a única a aceitá-lo como refugiado político. O governo boliviano contratou seus serviços de consultor educacional para o Ministério da Educação. Porém, vinte dias após sua chegada a La Paz, ele testemunhou um novo golpe de Estado contra a administração reformista de Paz Estensoro. Freire decidiu, então, buscar refúgio no Chile, onde, por meio da vitória de uma aliança populista, o democrata-cristão Eduardo Frei assumira o poder.

Freire permaneceu no Chile por quatro anos e meio, trabalhando no instituto governamental chamado ICIRA (Instituto de Pesquisa e Treinamento em Reforma Agrária) e, também governamental, "Escritório Especial para a Educação de Adultos", sob a coordenação de Waldemar Cortéz.

Nesse período, Freire analisou a questão da "extensão rural". Ele opôs o conceito de extensão da cultura ao de comunicação sobre cultura. Para ele, o primeiro é "invasor", enquanto o segundo promove a conscientização. Destacava que a interação entre os camponeses e os agrônomos deveria promover a comunicação dialógica. Não se pode aprender, se o novo conhecimento é contraditório com o contexto do aprendiz. O educador-agrônomo que não conhece o mundo do camponês não pode pretender sua mudança e atitude. A intenção incipiente era enfatizar os princípios e fundamentos de uma educação que promove a prática da liberdade. Essa prática não pode ser reduzida a um simples suporte técnico, mas inclui o esforço humano para decifrar-se e decifrar os outros.

Em 1967, Freire foi, pela primeira vez, aos Estados Unidos como conferencista de seminários promovidos nas universidades de vários Estados. Paulo Freire estava ansioso para "experimentar" a cultura norte-americana, para descobrir o Terceiro Mundo (guetos, favelas) no Primeiro Mundo. Entretanto, ele lamentaria a perda de contato com qualquer tipo de experiência pedagógica nos países em desenvolvimento. Considerava insatisfatório deixar a América do Sul e só estudar em bibliotecas. Desse modo, sugeriu que "ficaria em Harvard apenas por seis meses" (FREIRE, 2001, p. 16).

Somente após 1970, a teoria e a prática pedagógicas de Paulo Freire tornaram-se reconhecidas no Mundo. No Brasil, antes de 1964, Freire estava ciente das dificuldades e dos custos políticos envolvidos em seu programa pedagógico. Entretanto, seus postulados epistemológicos conduziram-no a interpretar tais resistências como algo acidental e destinado a ser removido por meio de oposição tática a uma dada ditadura e seus respectivos interesses. Com





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

a adoção explícita de uma perspectiva política nova, seus postulados teóricos relativos à ideologia e ao conhecimento mudaram. Do "tático", Freire deslocou-se para o "estratégico". O "processo de conscientização tornou-se sinônimo de luta de classes. Integração cultural mudou para revolução política" (FREIRE, 1987, p. 32).

Paralelamente a essa mudança do pensamento de Freire, em direção ao radicalismo revolucionário, um outro deslocamento também teve lugar em relação ao significado e implicações de um verdadeiro conceito de conscientização. A prática educativa tornou-se uma práxis mais revolucionária e uma maior ênfase foi colocada no tema do compromisso para com o oprimido.

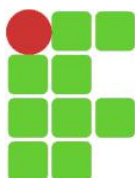
Freire (1987) afirma que entre 1975 e 1980, trabalhou em São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola e Nicarágua, sempre como um militante, e não apenas como um técnico, que combinava seu compromisso com a causa da libertação com o amor para com os oprimidos. O Estado africano de São Tomé e Príncipe, recém libertado da colonização portuguesa, confiou a Freire um programa de alfabetização. Os resultados desse programa superaram as expectativas. Quatro anos depois, Freire recebeu uma correspondência do Ministro da Educação informando que tanto os 55% dos educandos matriculados nas escolas não eram mais analfabetos, quanto os 72% que já tinham concluído o curso.

Em agosto de 1979, Freire visitou o Brasil durante um mês e seu retorno definitivo ao Brasil ocorreu em março de 1980. Freire chegou ao Brasil quando o Movimento de Educação Popular, que ele ajudou a implantar nos anos 60, estava tendo seu segundo momento de influência. Era uma época de crise econômica, com o conseqüente desejo dos comandos militares, diante da impopularidade do regime e das forças armadas, de abandonar o governo. "Freire teve de "reaprender" seu país. Descobriu logo que os mesmos atores sociais dos idos de 60 ainda tinham influências políticas" (GROSSI, 2003, p. 46).

A classe trabalhadora brasileira, que durante a ditadura militar (1964-1984) tinha suportado o maior ônus do "Milagre Brasileiro" e que ainda sofria a "a Crise da Dívida Brasileira", parecia estar mais organizada e trabalhava nos seus próprios projetos políticos. Dentre eles, "destavava-se a fundação de um novo partido político, o "Partido dos Trabalhadores" (PT), do qual Paulo Freire tornou-se membro-fundador em 1980" (GROSSI, 2003, p. 46).

A classe média – esmagada por consideráveis perdas na renda – mais uma vez radicalizava, juntando forças com a classe trabalhadora, "tornando-se a mais ativa na proposição da redemocratização do país (1978-1984)" (HADDAD, 1991, p. 29).

Paulo Freire idealizou e testou tanto um sistema educacional quanto uma filosofia de educação, primariamente nos vários anos de seu ativo envolvimento na América Latina. Seu trabalho foi, posteriormente, desenvolvido nos Estados Unidos, na Suíça, na Guiné-Bissau, em São Tomé e Príncipe, na Nicarágua e em vários outros países do Terceiro e do Primeiro Mundo. A concepção educacional freireana centra-se no potencial humano para a criatividade e a liberdade no interior de estruturas político-econômico-culturais opressoras. Ela aponta para a





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

descoberta e a implementação de alternativas libertadoras na interação e transformação sociais, via processo de "conscientização". "Conscientização" foi definida como o processo no qual as pessoas atingem uma profunda compreensão, tanto da realidade sócio-cultural que conforma suas vidas, quanto de sua capacidade para transformá-la. Ela envolve entendimento praxiológico, isto é, a compreensão da relação dialética entre ação e reflexão. Freire propõe uma abordagem praxiológica para a educação, no sentido de uma ação criticamente reflexiva e de uma reflexiva crítica que seja baseada na prática.

Para Freire (1980), o sistema educacional e a filosofia da educação têm suas referências em uma miríade de correntes filosóficas, tais como Fenomenologia, Existencialismo, Personalismo Cristão, Marxismo Humanista e Hegelianismo, cujo detalhado enfoque ultrapassaria os limites desse perfil. Ele participou da importação de doutrinas e idéias européias para o Brasil, assimilando-as às necessidades de uma situação sócio-econômica específica e, desta forma, expandindo-as e (re)focalizando-as em um modo de pensar provocativo, mesmo para os pensadores e intelectuais europeus e norte-americanos.

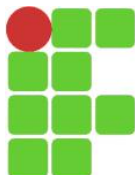
Para decepção de muitos intelectuais acadêmicos tradicionais do Primeiro Mundo, sua filosofia e "sistema" tornaram-se tão correntes e universais que os "temas geradores" permaneceram no centro dos debates educacionais da pedagogia crítica nas últimas três décadas.

Freire experimentou várias expressões da opressão. Ele as usou para formular sua crítica e análise institucional, dos modos pelos quais as ideologias dominantes e opressivas estão encravadas nas regras, nos procedimentos e nas tradições das instituições e sistemas. Fazendo isso, ele permanecerá o utópico que é, mantendo sua fé na capacidade do povo em dizer sua palavra e, dessa forma, recriar o mundo social, estabelecendo uma sociedade mais justa.

Após essa trajetória da história é relevante aprofundarmos questões pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem de jovens e adultos no Brasil.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA está prevista na LDB 9.424/1996 e classificada como parte integrante da Educação Básica, portanto deve ser encarada com o mesmo compromisso presente no ensino fundamental. Todavia, um breve levantamento já pode evidenciar as divergências na aplicabilidade deste segmento escolar. Do ponto de vista pedagógico podemos destacar a falta de profissionais habilitados para trabalhar com adultos, a falta de recursos didáticos e, sobretudo, a falta de estratégias metodológicas direcionadas para este público específico. São muitos os entraves encontrados por aqueles que já tiveram alguma experiência na Educação de Jovens e Adultos. *"Apesar da importante função social desempenhada por esta modalidade educativa, uma vez que se encarrega de reparar as desigualdades causadas àqueles educandos evadidos do ensino regular"* (BRASIL. MEC, LDB out. 2006, p. 15).

Hoje é notável a expansão da educação básica, e há um quantitativo de vagas cada vez mais crescente a fim de fazer jus ao princípio da obrigatoriedade "toda criança na escola". Entretanto, as condições sociais adversas acabam condicionando o sucesso de muitos educandos.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

A média nacional de permanência na escola no período obrigatório é de nove anos, todavia, a realidade se estende até os 12 anos em média, e muitos educandos permanecem no ensino fundamental, quando já deveriam estar cursando o ensino médio. As expressões mais claras desta realidade são a repetência, a reprovação, e principalmente, a evasão. Ambas promovem a manutenção da distorção idade e ano escolar retardando o acerto no fluxo escolar que continua a reproduzir excluídos. Neste contexto perverso, a Educação de Jovens e Adultos em muitos casos se constitui na única alternativa de inclusão social para os educandos que já estão fora do sistema de ensino. Diante desta realidade novos métodos de ensino precisam ser experimentados, novos conteúdos, novas estratégias. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais os conteúdos ministrados em sala de aula precisam estar de acordo com um padrão mínimo, e ao mesmo tempo, estar sintonizados com as particularidades e especificidades do lugar em que o ensino está sendo desenvolvido.

Precisam ser oferecidas condições para que os educandos possam construir suas idéias a partir de suas experiências, tornando-se sujeitos sócio-culturais aptos a conhecer diferentes épocas e lugares, e poder compará-los com sua própria história de vida.

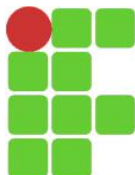
Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade (Cap.2, Seção-I, Art.26. MEC, LDB out. 2006).

Segundo Vygotsky (1998), o desenvolvimento do indivíduo é resultado de um processo sócio-histórico, sua teoria também é conhecida como sócio interacionista, enfatizando o papel do contexto histórico e cultural nos processos de desenvolvimento e aprendizagem, no qual o educando aprende junto ao seu grupo social, ao passo que também constrói os elementos integrantes do seu meio, tais como: valores, linguagem e até o próprio conhecimento.

Para Paulo Freire a prática pedagógica necessita estar vinculada aos aspectos históricos e sociais para facilitar a compreensão e elucidação das questões que realmente importam para o envolvidos no processo educativo, para ele se não ocorre uma reflexão sobre si mesmo, sobre seu papel no mundo, não é possível ultrapassar os obstáculos que o próprio mundo impõe, por isso a ação do educador, tendo ele consciência ou não, estimula o educando à libertação ou à opressão.

Nesta perspectiva, o alfabetizador deve incentivar os educandos a se posicionarem de maneira crítica diante da realidade que cada um vive, buscando favorecer sua conscientização.

A formação do cidadão crítico é um imperativo para o desenvolvimento da sociedade, além de ser um direito inalienável, neste sentido, a Educação de Jovens e Adultos precisa compor um sistema educativo no qual o educando e o meio social devem estar absolutamente articulados. Por isso a elaboração da estratégia de ensino terá de ser desenvolvida com a finalidade de instrumentalizar o alfabetizador com subsídios que lhe garanta a maior eficácia na hora de alfabetizar, na mesma medida que se deve também instrumentalizar o educador que atual no 2º e 3º segmentos da EJA, bem como no PROEJA.







**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

E isto é possível por meio da combinação de métodos e técnicas em sala de aula capazes de empreender o processo de ensino-aprendizagem. Nela também estão presentes as concepções culturais e ideológicas do modo de viver e agir dos educandos e também dos alfabetizadores/educadores.

A escolha de temas que envolvam aspectos reais do cotidiano dos educandos é fundamental para o sucesso do processo ensino-aprendizagem, uma vez que não se limita exclusivamente ao processo de letramento. A educação tem caráter permanente. *"Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos"*. (FREIRE, 1980, p. 28).

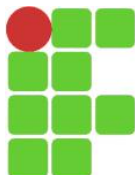
Sabemos que o conjunto de conhecimentos de ordem prática jamais estará em pé de igualdade no interior de uma sociedade onde o código escrito ocupa posição privilegiada. Todavia, os diversos saberes não podem ser ignorados no processo de alfabetização, ou quer no aprofundamento deste por toda a vida, principalmente nos processos de ensino-aprendizagem que tenham a humanização como princípio já que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto como inculto ou que sua vocação seja apenas para tarefas simplórias e atividades desqualificadas, negligenciando sua cultura e capacidade de conhecimento prático.

...um adulto pode ser analfabeto, porque foi marginalizado social e economicamente, mas se vive em um meio que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado escreva..., se pede alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma letrado, por que faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita (DURANTE, 1998, p. 24).

O grande desafio é romper com os limites que restringem a atividade escolar à mera repetição de conteúdos. Procurar a formulação de propostas que integram os conteúdos das diferentes disciplinas, diferentes abordagens na explicação da realidade presente interna e externamente à escola configura-se como o maior desafio a ser enfrentado. E isto equivale a selecionar as atividades que serão desempenhadas pelos alfabetizados bem como pelos que se encontram em formações continuadas, que em sua maioria são: donas de casa, pescador, pedreiro, pintor, agricultor, dentre outros.

Cabe ao alfabetizador/educador discutir a importância do papel desempenhado por cada educando na sua comunidade, ao passo que estas atividades sejam incluídas no processo de alfabetização e de formação nos demais segmentos da EJA, bem como dos profissionais que atuam com o público da EJA e sua diversidade.

Neste sentido passemos a justificativa deste projeto sob os auspícios da Andragogia e suas implicações no ensino de Jovens e Adultos.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

A arte ou ciência de orientar adultos a aprender (definição creditada a Malcolm Knowles, anos 1970). O termo remete a um conceito de educação voltado para o adulto, em contraposição à pedagogia, que se refere à educação de crianças (do grego *paidós* = criança).

Para educadores como Pierre Furter (1976), a andragogia é um conceito amplo de educação do ser humano, em qualquer idade. A UNESCO, por sua vez, já utilizou o termo para referir-se à educação continuada.

Malcolm Knowles (1990) conta no seu livro, *The Adult Learner a Neglected Species I*, que começou na tentativa de formular a Teoria de Aprendizagem de Adultos em 1950. Mais tarde, em 1960, pela primeira vez, teve contato com a palavra Andragogia por meio de um educador iugoslavo, que participava de um Workshop de Verão na Universidade de Boston. Foi então quando ele entendeu o significado da palavra e a adotou como a mais adequada para expressar a "arte e ciência de ajudar adultos a aprenderem". Quando Knowles começou a construir o modelo andragógico de educação, ele o concebeu como a antítese do modelo pedagógico: "Andragogia x Pedagogia".

Ainda para Knowles os pressupostos da Pedagogia baseiam-se nos princípios de ensinar e aprender introduzidos no Século VII. Mais tarde a escola secular começou a se organizar dentro do mesmo modelo, dando origem à Escola Pública no Século XIX. Desta forma todo o sistema educacional, incluindo a educação de alto nível, ficou congelada dentro do modelo pedagógico. Segundo a análise de Knowles, o modelo pedagógico preconiza total responsabilidade do educador para as decisões sobre o que será ensinado, como será ensinado e se foi aprendido. A educação dirigida pelo educador deixa para o aprendiz apenas o papel de submissão às suas instruções. Isto porque suas premissas, a cerca do aprendiz, resumem-se no(a):

**I. necessidade de conhecer.** Aprendizes necessitam saber somente o que o educador tem a ensinar, se eles querem ser aprovados; eles não precisam saber o como aplicarão o ensinamento em suas vidas;

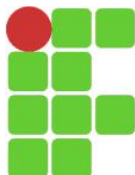
**II. autoconceito do aprendiz.** O conceito do educador sobre o aprendiz é o de uma pessoa dependente, por isto, o autoconceito do aprendiz se torna o de personalidade dependente;

**III. papel da experiência.** A experiência do aprendiz tem pouco valor como fonte de aprendizagem; a experiência considerada é a do educador, do livro didático, do escritor e dos recursos audiovisuais. Por isto, técnicas de transmissão – leituras, dever de casa, dentre outros, são a essência da metodologia pedagógica;

**IV. prontidão para aprender.** Aprendizes estão prontos para aprender o que o educador determina que eles devem aprender, se eles querem passar de ano;

**V. orientação para aprendizagem.** Aprendizes têm a orientação de aprendizagem voltada para disciplinas; eles vêem o aprendizado como uma aquisição de conteúdos. Por isto, as experiências de aprendizagem são organizadas de acordo com a lógica de conteúdo programático; e,

**VI. Motivação.** Aprendizes são motivados a aprenderem por meio de motivadores externos, tais como notas, aprovação/reprovação, pressões dos pais, dentre outros.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Diante disso, é preciso adotar estratégias pedagógicas e metodológicas orientadas para a otimização da formação específica de educadores e gestores responsáveis por esse modo de fazer educação, bem como construir uma nova institucionalidade nos sistemas de ensino.

Nesse contexto, os educadores precisam estar atentos para as demandas e potencialidades dos sujeitos da EJA, considerando-os sujeitos em todas as propostas e projetos pedagógicos.

Quanto à Formação Ética e a Educação de Jovens e Adultos, temos Freire e Kant contrários à educação que se restringe ao treinamento, eles entendem educação como processo de formação da totalidade do humano. Por isso, para ambos, um dos elementos imprescindíveis na educação é a formação ética. Essa formação é indispensável para que as pessoas respeitem sua própria dignidade, a dignidade dos demais e sejam autênticos.

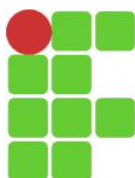
Gadotti (1995) afirma que a temática da formação da vontade ou formação do caráter foi substituída por uma nova roupagem, a da opção. A educação de Jovens e Adultos possui uma temática formativa cujo tema central é a pedagogia tradicional, por isso que alguns pedagogos progressistas lhe deram nova roupagem.

Segundo Freire (2000) em discursos lúcidos e em práticas democráticas, a vontade só se autentica na ação de sujeitos que assumem seus limites. Freire ainda reconhece a importância na vontade compondo um tecido complexo com a resistência, com a rebeldia na confrontação ou na luta contra o inimigo que oprime, seja ele um vício ou a exploração capitalista. A educação da vontade realizada na EJA é necessária para se fazer livre da heteronomia da escravidão dos próprios desejos e da vontade ilícita do outro que procura oprimir.

Em Kant a educação da vontade é central, pois é a autonomia da vontade (razão prática), vontade guiada pela razão, livre da coação externa dos impulsos, que garante a autonomia dos sujeitos. Como a formação é imprescindível para que o homem seja livre, a EJA, torna-se necessária para a promoção da autonomia.

A auto-responsabilização requer uma educação da vontade neutra. Em tempos em que se está optando por vigiar em vez de formar, propõe-se apostar no ser humano, em sua possibilidade de ser autônomo e auto-responsabilizar-se. Ademais, propõe-se ainda, uma valorização da EJA como uma das coisas necessárias para uma educação democrática, para uma educação em que os sujeitos possam fazerem-se com autonomia e reconheçam a dos demais como legítima.

Os tempos mudaram e hoje a abordagem das questões éticas/morais não mais assume o caráter de cruzada santa movida contra um inimigo assustador, mas, para usar uma expressão de Paulo Freire, constitui-se em um "a favor de alguém". Trata-se de somar esforços em prol da formação de um cidadão consciente dos seus direitos e deveres. Entretanto, que tipo de indivíduo se quer efetivamente formar? Um sujeito ético. Os PCNs (1999) fazem claramente a opção pelo sujeito ético, embora afirmem que a moral é algo inerente à cultura, abrangendo todas as instâncias da vida social.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Segundo Lalande (1993), é à ética que se deve conferir o estatuto de cientificidade, na medida em que ela estabelece juízos de apreciação sobre as ações merecedoras dos qualificativos "bom" e "mau". Para ele, qualquer princípio referente à moral – previamente definida como o conjunto de prescrições assumidas em determinado período histórico e em determinado contexto social e também como exortação e conformação a tais preceitos – é suscetível às valorações humanas, as quais se aplicam a fatos concretos relativos à conduta. Lalande também afirma ainda que o chamado idealismo alemão (Kant, Schelling, Hegel) tendeu a situar a ética em um patamar mais elevado que a moral, o que explicaria, no âmbito da filosofia, certa preferência pelo estudo da ética.

A problematização dos valores e das formas de conduta é apontada nos PCNs e vista como meta a ser alcançada pela ética na escola:

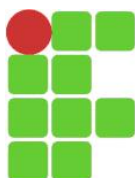
A ética é um eterno pensar, refletir, construir. E, na escola, sua presença deve contribuir para que os educandos possam tomar parte nessa construção, serem livres e autônomos para pensar e julgar, para problematizar constantemente o viver pessoal e coletivo, fazendo o exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p. 24).

A concepção de cidadania presente no documento explicita que a situação desejável – embora não existente de fato na sociedade brasileira em razão das desigualdades econômicas – é aquela em que o sujeito autônomo, dotado de livre capacidade de escolha, se relaciona com outros nas mesmas condições. A escola é apresentada como espaço formativo responsável pelo aprendizado desses valores, mesmo que entre em conflito com os existentes nos grupos sociais e/ou familiares dos quais os educandos fazem parte. Aqui, se observa a menção às desigualdades socioeconômicas do Brasil de hoje, mas a extensão em que elas afetam os contextos relacionais dos indivíduos não particularmente discutida. Além disso, embora a escola não seja vista como o único *locus* onde ocorre a aprendizagem e a hierarquização dos valores, seu papel de liderança, sobretudo no que tange à formação dos espíritos democráticos, é ressaltado.

Não há dúvida que os PCNs avançam em muitos aspectos, tanto em relação às posturas ético/morais dogmáticas quanto em relação à omissão da importância da ética/moral na escola. Mas o tom ufanista, que confere à educação escolar o papel de fiadora do futuro cidadão crítico, marca claramente o discurso:

E sem esperança, sem uma visão utópica, que acredita que a sociedade do futuro está no presente, perde-se o sentido da construção conjunta da democracia. A esperança transita num espaço em que se coloca aos homens o desafio de construir o possível, criando uma sociedade na qual a questão da moralidade deve ser uma questão de todos e de cada um.

Por mais que os manifestos e documentos elaborados pelos educadores tenham o objetivo de fazer da educação de jovens e adultos um fundamento sólido de formação de caráter, haverá sempre hiatos entre as intenções e a realidade vivida por educadores e educandos. Isso porque a capacidade de reflexão, o exercício da crítica, a autonomia, a liberdade de escolha e outras qualidades desejáveis não se configuram em aquisições inalienáveis do indivíduo. Pelo contrário, alteram-se de acordo com os contextos relacionais constituídos pelos homens. Já Aristóteles





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

(1992) afirmava que aprendemos as virtudes quando as praticamos, o que significa dizer: sem o exercício constante, vivenciado na realidade humano-social, as lições, os ensinamentos, os modelos, as prescrições perdem efetividade.

A partir da ética educacional, a política deve estar centrada no contexto relacional, porque essa abordagem denominada de ética irá propiciar a formação de cunho político, fatores essenciais para a compreensão da educação de jovens e adultos.

No que diz respeito à Formação Política da EJA, temos a necessidade de atrelarmos a educação à política e vice-versa. Autonomia não é auto-suficiência, ela acontece na ação no mundo e relacionamentos com os outros sujeitos, portanto, envolve a dimensão política. É por meio da ação política que condições sociais mais favoráveis são realizadas e estabelecidas.

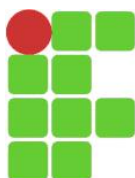
De acordo com Philonenko (1966), Kant afirmava que a educação é indissociável da política, na medida em que é o mais poderoso meio de ação na História, permitindo a realização do ideal de humanidade.

Para Freire (2000), uma das tarefas primordiais da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta. A realidade injusta oprime, desumaniza, é fonte de heteronomia e deve ser superada. Para tal, a educação deve levar em conta a vida como um todo, nos seus aspectos éticos, estéticos, sociais, etc., o que lhe confere caráter radicalmente político. "*Freire pensou a educação como um fazer político que transcende a sala de aula e se projeta para os grandes problemas vividos pela humanidade, sobretudo os problemas gerados pelas diferentes formas de opressões*" (BECKER, 1998, p. 48). Em Freire o processo pedagógico é fundamentalmente processo político, tendo em vista a impossibilidade da neutralidade. Freire dá ainda importância central para a formação política dos educandos, por considerar o caráter social da formação da consciência, o que não estava presente na obra de Kant.

A Educação de Jovens e Adultos busca formar a autonomia democrática, mas uma democracia orientada pelos princípios da razão. As relações vividas na escola devem ser momentos de aprendizagem da democracia, com exercícios racionais e responsáveis pela liberdade, a práxis educativa deve ser conscientizadora para que possam ser construídos espaços sociais mais democráticos e justos. Numa sociedade mais justa, em que todos tenham igualdade de oportunidades aos bens culturais, materiais, etc., haverá condições para que os cidadãos sejam autônomos. Assim, para além do individualismo, poderemos construir um novo sentido, o sentido de um mundo feito em colaboração, em comunidade, em que cada um possa ser autêntico, principalmente nessa modalidade de ensino denominada de EJA.

Por esses motivos e contextos expostos é salutar pensar-se na implantação dessa Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação (Educadores) para atual na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Diversidade.

Passaremos agora a situar o projeto com o Histórico da Instituição ofertante.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

## 2.1 Histórico da Instituição

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas origens remontam ao ano de 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, vive hoje um momento ímpar em sua história, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei n.º 11.892, 29 de dezembro de 2008. Com a missão de oferecer educação profissional e tecnológica, pública, gratuita e de qualidade, a contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural do país, sem perder de vista o seu caráter inclusivo e sustentável.

O IFTO nesse contexto, busca a excelência dos propósitos para qual foi criado, isto é, de colaborar no desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural da sociedade e no crescimento do Tocantins e, por conseguinte, da região Norte do Brasil.

É composto por sete Câmpus, distribuídos pelas cidades de Araguatins, Araguaína, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, e Porto Nacional. O Câmpus de Colinas do Tocantins está em fase de implantação e a instituição conta, ainda, com polos de apoio presencial espalhados por todo o Estado, conforme Figura 1.

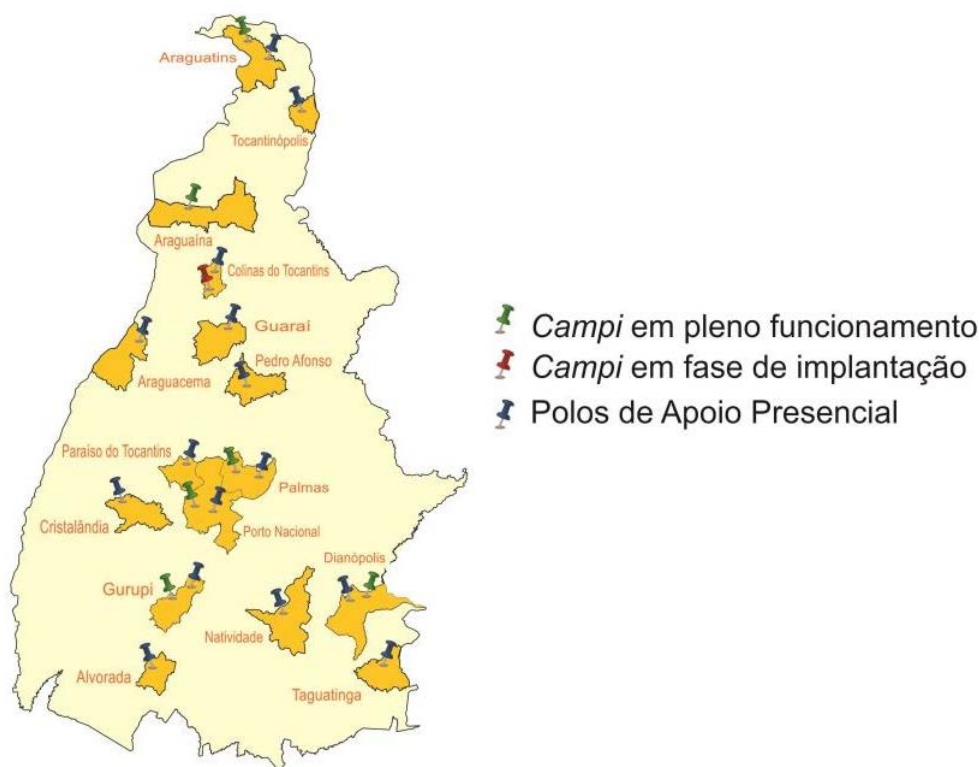
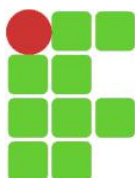


Figura 1. Mapa do Estado do Tocantins com a distribuição dos Câmpus e polos de EaD

O IFTO atua em vários níveis, modalidades de ensino e formas de articulação oferecendo atualmente Educação Profissional articulada com Educação Básica, Educação a Distância,





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Educação de Jovens e Adultos (basicamente com os programas PROEJA e MULHERES MIL) e no Ensino Superior com cursos de Licenciatura, Tecnológicos, Bacharelados e Pós-graduação (*Lato Sensu*), atuando nas formas de articulação integrada, concomitante e subsequente visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.

Na área da pós-graduação *Lato Sensu* possui os cursos de Telemática e Gestão Ambiental, sendo que já sediou uma turma de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA ofertada pelo extinto CEFET-PA e mais três turmas certificadas pelo IFTO, ofertados de forma presencial.

Já na Educação a Distância o IFTO já ofertou curso de aperfeiçoamento de 180 horas em Educação Profissional e oferta *lato Sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica e Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Atualmente o IFTO conta com 15 polos de apoio presencial localizados em Alvorada, Araguacema, Araguatins, Colinas, Cristalândia, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Porto Nacional, Natividade, Taguatinga e Tocantinópolis.

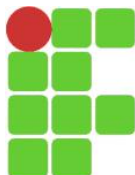
O Campus Paraíso do Tocantins, antiga Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Palmas, originou-se da federalização do Centro de Educação Profissional de Paraíso – CEP, acompanhado pela Fase I do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Implantado desde o ano de 2007, o campus Paraíso do Tocantins teve suas aulas iniciadas no dia 05 de novembro daquele ano, mas sua inauguração oficial ocorreu somente no dia 08 de novembro, ocasião em que várias autoridades compareceram à solenidade, dentre elas, o então Governador do Estado, Marcelo Miranda e o Secretário de educação Profissional e Tecnológica do MEC, Eliezer Moreira Pacheco.

Dispondo de uma área de 19,73 hectares, as instalações do Campus Paraíso estão distribuídas em salas de aula, biblioteca, auditório, laboratórios de informática, de saneamento, de bioquímica, de análise de alimentos, unidades produção e de processamento de alimentos, além dos ambientes administrativos. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, campus Paraíso localiza-se no Distrito Agroindustrial de Paraíso a 70 quilômetros da capital Palmas. Atualmente, o Campus oferece os cursos de Técnico subsequente em Meio Ambiente, Agroindústria, Informática e de Administração; Cursos técnicos Integrados ao Ensino Médio em Meio Ambiente, Agroindústria e Informática e os cursos Superiores de Licenciatura em Matemática e Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação. O campus oferece ainda o Curso de Nível Médio/PROEJA, com qualificação em Operação de Computadores, e o curso de Especialização *Lato Sensu* em PROEJA e vários cursos Técnico Subsequentes.

O campus Paraíso do Tocantins, no que se refere à EaD - Educação a Distância, atualmente atua com as seguintes atividades:

Atividades como *campus* Sede



Av. Joaquim Teotônio Segurado  
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.  
77.020-450 Palmas - TO  
(63) 3229-2200  
[www.ifto.edu.br](http://www.ifto.edu.br) - [reitoria@ifto.edu.br](mailto:reitoria@ifto.edu.br)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

O campus é sede dos cursos Técnicos Subsequentes de Serviços Públicos, com 05(cinco) pólos (Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Pedro Afonso, Alvorada e Colinas) e Meio Ambiente, com 04(quatro) pólos (Palmas, Porto Nacional, Araguatins e Colinas).

Atividades como *campus* Pólo

O campus Paraíso do Tocantins atualmente é pólo dos cursos Técnico Subsequente de Serviços Públicos e Segurança do Trabalho.

Adotando essa estrutura pedagógica e administrativa e contando com servidores compromissados com os princípios da tríade ensino, pesquisa e extensão, o Campus Paraíso do Tocantins vem buscando formar não só profissionais qualificados para o mundo do trabalho, como também cidadãos preparados para a vida social e política, além de contribuir para o desenvolvimento dos diferentes setores produtivos de Paraíso do Tocantins e municípios circunvizinhos.

Neste sentido, e contando com a infraestrutura e experiência anteriormente relatadas, o campus Paraíso do Tocantins será sede do curso. Os polos de educação a distância que sediarão o curso serão definidos após consulta de demanda feita junto a SEDUC. A efetivação do pólo após a análise de demanda dependerá da disponibilidade de infraestrutura que será verificada junto a Diretoria de Educação à Distância do IFTO.

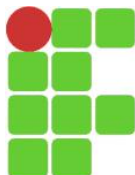
### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Geral**

Formar profissionais com capacidade para atuar na elaboração de estratégias, no estabelecimento de formas criativas das atividades de ensino-aprendizagem e de prever proativamente as condições necessárias e as alternativas possíveis para o desenvolvimento adequado da Educação de Jovens e Adultos, considerando-se as diversidades inerentes e curriculares, as peculiaridades, as circunstâncias particulares e as situações contextuais concretas em que programas e projetos desse campo são implementados bem como as particularidades dos sujeitos da EJA.

#### **3.2 Específicos**

- a. Formar profissionais especialistas da educação por meio do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes à atividade da docência na EJA e nas diversidades no campo do currículo;
- b. Contribuir para a implementação democrática, participativa e socialmente responsável de programas e projetos educacionais, bem como identificar ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias, controle e organização da EJA e suas implicações no campo da diversidade, direitos humanos e congêneres;







**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

- c. Construir coletivamente conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de valores, competências, habilidades e capacidades que promovam o exercício profissional crítico-reflexivo, ético e estético, bem como (dê)s construir paradigmas no campo do currículo, da diversidade e do multiculturalismo;
- d. Proporcionar o aprofundamento dos conhecimentos relativos a instrumentos teórico-metodológicos para o exercício de atividades organizacionais e gerenciais do processo educativo entendendo o educador e educando como gestores participativos do processo dialético e andragógico;
- e. Subsidiar educadores no exercício de suas atribuições, sem a necessidade de afastarem-se de suas atividades profissionais – formação em serviço;
- f. Favorecer o conhecimento para atuação eficaz sobre possíveis problemas apresentados pelos educandos, como: evasão, repetência, formação deficiente das séries anteriores, violência, dentre outros;
- g. Oportunizar o uso das ferramentas das novas Tecnologias de Comunicação e Informação - TICs;
- h. Construir e aprimorar conhecimentos a respeito da docência, organização, legislação, gestão e supervisão da Educação de Jovens e Adultos e da Diversidade a partir da alteridade.

#### **4. PÚBLICO-ALVO**

Poderão se candidatar ao curso educadores graduados que trabalham na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e nos sistemas de ensino estaduais e municipais que atuam/atuarão na educação de jovens e adultos - EJA.

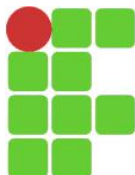
Para o acesso os candidatos devem preencher os requisitos especificados em edital.

#### **5. DESENVOLVIMENTO**

##### **5.1 Metodologia**

A metodologia adotada é a participativa, o que permite o desenvolvimento do educando por métodos socializantes, sócio-individualizantes e individuais para poder atingir todos os participantes, abrangendo suas diversidades.

A consolidação dos princípios educativos é garantida por meio de uma equipe multidisciplinar, composta, além da equipe de coordenação, pelos educadores pesquisadores, tutores a distância, tutores presenciais (orientadores acadêmicos) e pedagogo.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

O trabalho da equipe multidisciplinar funda-se no planejamento, na organização, na execução, na assessoria e na orientação do processo de aprendizagem.

A ênfase da equipe está na construção do conhecimento segundo uma metodologia dialética, na qual se propicie a passagem do senso comum – o que o educando já sabe com base em suas experiências de vida e exercício profissional – à formação de conceitos apoiados em bases científicas nos campos do currículo e da Andragogia. Tudo isso mediante o desenvolvimento de práticas pedagógicas que levem à mobilização do educando para o conhecimento. Aspectos como interatividade e cooperação, em geral pouco contemplados pelas ferramentas convencionais de comunicação, passam a compor o arco de estratégias de ensino e aprendizagem pela utilização de um ambiente virtual no apoio ao curso. Esse ambiente, proporcionado pela plataforma *Moodle*, utiliza recursos da informática, tais como Técnicas de Recuperação de Informações e Metodologias de Trabalho Cooperativo.

Busca-se, dessa forma, contribuir para otimizar o processo de interação, individualizar o atendimento ao educando, intensificar a cooperação e facilitar o acesso à informação por meio da sua integração didática pela via de ferramentas conceituais.

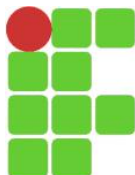
No contexto de uma condução não diretiva do processo pedagógico/andragógico, o educando construirá sua própria aprendizagem. O tutor, aqui, será um mediador que fornece os instrumentos e os conteúdos necessários à construção dos conceitos científicos que selam os conhecimentos.

Os educandos deverão ser capazes de sair de uma postura passiva, assumindo um papel ativo no processo. Conforme contextualizado na justificativa deste projeto, percebe-se a partir da interação do educador com o educando a construção das competências. Assim, os educandos vão se tornando agentes de sua própria aprendizagem.

Na busca da construção dos seus conhecimentos, serão disponibilizados meios para que o educando desenvolva sua capacidade de julgamento. A autoavaliação, de forma suficiente e assistida, é para que este esteja apto a buscar, selecionar e interpretar informações relevantes ao aprendizado numa pedagogia da autonomia.

Um dos pontos chaves para o sucesso na formação do especialista em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade é a motivação do educando. Para resolver essa questão, os educadores pesquisadores, junto com os tutores, devem comprometer-se com uma orientação efetiva dos educandos. Assim configurado, o currículo a ser cumprido associará a dinâmica propiciada pela metodologia mediada pelas TICs na modalidade EaD à complexidade dos processos que envolvem o exercício dos profissionais que atuam e atuarão na área de EJA e suas diversidades.

Para operacionalizar a etapa do planejamento e implantação do curso, para os profissionais selecionados que atuarão direta ou indiretamente no curso será oportunizada uma formação inicial e ambientação por meio de encontros pedagógicos.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

A integralização do curso se dará mediante ao cumprimento e aproveitamento, dentro dos prazos estabelecidos, de todos os componentes curriculares e atividades descritas como obrigatórias neste PPC.

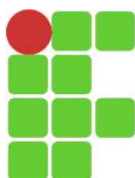
### 5.2 Estrutura Curricular

Os componentes curriculares, bem como seus conteúdos de ensino, deverão proporcionar conhecimento, com foco na docência, assegurando a aproximação com a prática da Educação de Jovens e Adultos e dos elementos diversos que são inerentes a esta. Nesse sentido, não somente os conteúdos/bases tecnológicas, como as atividades avaliativas e o Trabalho de Conclusão de Curso devem explorar essa realidade.

Outro aspecto básico à construção do currículo do curso, diz respeito à diversidade de modos de vida e de identidade dos sujeitos e dos objetos de conhecimento dessa educação, quanto às especificidades locais e regionais; às diferenças de classe, geracionais e de gênero; às matrizes étnicas, culturais e religiosas; à educação inclusiva/especial, bem como as questões relacionadas às políticas públicas, diversidade e direitos humanos.

O cumprimento da carga horária de cada componente curricular ocorrerá de forma sequencial, obedecendo-se à seguinte proporção – carga horária/mês: 15horas/uma quinzena, 30 horas/um mês, 45 horas/um mês e meio, 60 horas/dois meses e 75 horas/dois meses e meio. O quadro 2 abaixo ilustra a distribuição das disciplinas ao longo de 12 meses.

QUADRO 2. MATRIZ CURRICULAR														
	UNIDADE CURRICULAR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	CH*****
N Ú C L E O  C O N T E X T U A L	1- Introdução à Educação a Distância e AVEA*	X												15h
	2 - Fundamentos da EJA* *	X	X	X										60 h
	3 - Histórico, Legislação e Políticas Públicas na EJA			X	X									30 h
	4 - Aspectos andragógicos da EJA				X	X	X							60 h
	5 - EJA e o mundo do trabalho							X	X					45 h
														360 horas





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

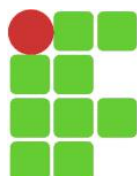
N Ú C L E O	6 – Currículo e Temáticas da Diversidade							X	X				45 h	
	7 - Estratégias político-didático-pedagógicas para Educação de Jovens e Adultos									X	X	X	75 h	
E S T R U T U R A L	8 - Metodologia da Pesquisa e Produção de TCC***						x	X					30 h	15 horas
	Orientação de TCC						X	X	X	X	X	X	15 h	
N Ú C L E O I N T E G R A D O R	TOTAL	375 HORAS												

\* Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem

\*\*Educação de Jovens e Adultos

\*\*\* Trabalho de Conclusão de Curso

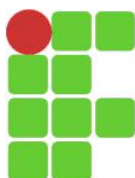
\*\*\* \*Inclui-se 4 horas destinadas às atividades avaliativas presenciais para cada componente curricular.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

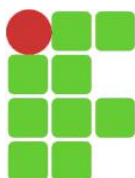
<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> <i>Introdução à Educação a Distância e AVEA</i>	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 15 HORAS	
<b>E M E N T A</b>	Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (moodle). Tarefas básicas na prática da EaD. Orientações para o estudo e o ensino na modalidade a distância.
<b>R E F E R Ê N C I A S</b>	<b>BÁSICA:</b> HACK, Josias Ricardo. <b>Introdução à Educação a Distância</b> . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. <b>COMPLEMENTAR:</b> LITTO, Fredric M. Litto. FORMIGA, Marcos (Organizadores). <b>Educação a distância – o estado da arte</b> . São Paulo: Pearson Education, 2009. MARTINS, O. B. <b>Fundamentos da educação a distância</b> . Curitiba: IBPEX, 2005. PRETI, Oreste. <b>Educação a distância: inícios e indícios de um percurso</b> . NEAD/IE – UFMT. Cuiabá: UFMT, 1996. SILVA, Marco. <b>Criar e professorar um curso online: relato de experiência</b> . In Silva, Marco (org.). Educação online. São Paulo: Edições Loyola, 2006.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

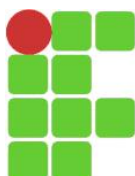
<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> <i>Fundamentos da EJA</i>	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 60 HORAS	
<b>E M E N T A</b>	História da Educação de Jovens e Adultos; Função social da educação, da escola, do ensino médio, da educação profissional e da educação de jovens e adultos; Princípios da educação Nacional; Tendências da educação Brasileira. Concepções históricas e marcos legais para o ensino fundamental e médio, educação profissional e educação de jovens e adultos; A Educação Básica, Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos na sociedade atual; Articulação entre educação de jovens e adultos e educação profissional: desafios e perspectivas.
<b>R E F E R Ê N C I A S</b>	<b>BÁSICA:</b> ABICALIL, C.A. <b>Universalização da educação básica:</b> acesso, permanência e inclusão social. Cadernos de Educação CNTE, Brasília, n. 13, p. 7-17, jun. 2000. GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. <b>Educação de Jovens e Adultos - Teoria, Prática e Proposta</b> , São Paulo: Cortez, 2005. MANFREDI, Sílvia Maria. <b>Educação profissional no Brasil</b> . São Paulo: Cortez, 2002. <b>COMPLEMENTAR:</b> BARACHO, M.; MOURA, D.; PEREIRA, U.; SILVA, A.. <b>Algumas reflexões e proposições acerca do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio</b> . Mimeo, 2005, 20 p. BRANDÃO, Zaia. <b>A Crise dos Paradigmas em Educação</b> . 3 ed. São Paulo. Cortez, 1996. BRASIL. <b>Decreto 5.840 / 2005</b> , que cria o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA. HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria C. de. Escolarização de jovens e adultos. <b>Revista Brasileira de Educação</b> . n. 14, maio/jun./ago., 2000 (número especial). LIBÂNEO, José Carlos. <b>Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítica social dos conteúdos</b> . 9.ed. São Paulo. Loyola, 1990. MALGLAIVE, Gerard. <b>Ensinar adultos: trabalho e pedagogia</b> . Porto/Portugal: Porto Editora, 1995.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

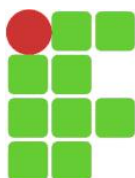
<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> <i>Histórico, Legislação e Políticas públicas na EJA</i>	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 30 HORAS	
<b>E M E N T A</b>	O direito à educação nas constituições brasileiras; Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e suas regulamentações da Educação Básica, da EJA e da EPT; Legislação do Ensino Médio; Legislação de Educação de Jovens e Adultos (EJA); Desafios e perspectivas da EJA frente às transformações do mundo do trabalho; Movimentos sociais e suas contribuições para a EJA; Políticas de avaliação da educação e da escola e a gestão escolar.
<b>R E F E R Ê N C I A S</b>	<b>BÁSICA:</b>  BRASIL. <b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</b> Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Brasil.  BRASIL. MEC – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. <b>Educação Profissional e Tecnológica: Legislação Básica.</b> 6.ed, Brasília, 2005.  SAVIANI, D. <b>Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de educação.</b> Campinas: Editora Autores Associados, 1998.  <b>COMPLEMENTAR:</b>  BRASIL. <b>Educação para as relações etnicorraciais.</b> Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 - Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004.  BRASIL. <b>Estatuto do Idoso.</b> Lei nº 10.741/03  FREIRE, Paulo. <b>Educação como prática da liberdade.</b> 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.184 p.  FREITAS, R. et. al. <b>Repensando o PROEJA:</b> concepções para a formação de educadores. Vitória: Ifes. 2011.  FRIGOTTO, G.; CIAVATTA. M. <b>A formação do cidadão produtivo.</b> A cultura do mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006, 372p.  RUMMERT, Sônia. <b>Educação e Identidade dos Trabalhadores.</b> Niterói: Intertexto, 2000.  VIEIRA, S. L. <b>Educação básica:</b> política e gestão da escola. Brasília: Líber, 2009.  VIEIRA, S. L. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. In: <b>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.</b> Brasília, v. 88, n. 291, p. 291-309, maio/ago. 2007.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> <i>Currículo e Temáticas da Diversidade</i>	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 45 HORAS	
<b>E M E N T A</b>	O currículo e as temáticas da Diversidade – uma introdução. O educando como sujeito histórico e social; Desenvolvimento integral e harmônico do educando considerando a pluralidade de cultura, gênero e étnico; A escola e suas interfaces; Modelos organizacionais e práticas pedagógicas; Inclusão e diversidade na Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade de EJA; História e luta afro-brasileira e indígena no Brasil; História e luta das mulheres no Brasil; A construção de um projeto solidário; Direitos humanos e cidadania; Processos formativos e a ação educacional; Propostas baseadas nos conceitos da economia solidária.
<b>R E F E R Ê N C I A S</b>	<b>BÁSICA:</b> LIBÂNEO, J.; OLIVEIRA, J; TOSCHI, M. <b>Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.</b> 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005, 408p. LIMA, L. C. <b>Organização escolar e democracia radical. Paulo Freire e a governação da escola pública.</b> São Paulo: Cortez, 2000, 116p. (Guia da escola cidadã. v.4) PERRENOUD, Philippe. <b>Dez novas competências para ensinar.</b> Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. HENRIQUES, Ricardo. <b>Raça e gênero nos sistemas de ensino.</b> Brasil. Rio de Janeiro: Unesco, 2002. <b>COMPLEMENTAR:</b> BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. <b>A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.</b> São Paulo: Cortez, 2007. BARTHOLO JR., R. S. et al. <b>Elaboração e monitoramento de projetos sociais.</b> Brasília: SESI-DN/UFRJ/COPE/LTDS, 2002. BRASIL. <b>Educação para as relações etnicorraciais.</b> Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 - Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004. BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. FERNÁNDEZ, Alicia. <b>A inteligência aprisionada.</b> Porto Alegre: ArtMed, 1991. GONZÁLEZ, J. A. T. <b>Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas.</b> Porto NOVAES, R.; VANNUCHI, P. <b>Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.</b> São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

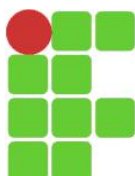






MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

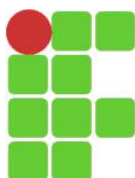
<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> <i>Metodologia da Pesquisa e produção de Trabalho de Conclusão de Curso</i>	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 HORAS</b>	
<b>E M E N T A</b>	O método científico – uma introdução. A pesquisa e suas técnicas; Realização do projeto de pesquisa: a definição do problema ou objeto da pesquisa; Etapas teóricas e metodológicas; Realização da pesquisa na escola: execução da pesquisa, elaboração do relatório da pesquisa; Pressupostos e características da investigação científica; A especificidade da pesquisa em educação de jovens e adultos; Diretrizes para a elaboração de trabalho de pesquisa. Construção do projeto de pesquisa. Início das orientações e da produção do TCC.
<b>R E F E R Ê N C I A S</b>	<b>BÁSICA:</b> BECKER, H. S. <b>Métodos de pesquisa em Ciências Sociais</b> . São Paulo: Hucitec. 1992. MINAYO, M. C. de S. <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</b> . 18 ed. Petrópolis, Vozes, 2001 SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b> . 21ªed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2000. <b>COMPLEMENTAR:</b> BICUDO, Maria Aparecida e ESPOSITO, Vitória Helena. <b>Pesquisa qualitativa em educação</b> . Piracicaba : Editora Unimep, 1994. LÜDDKE., M. ANDRÉ, M. E. <b>Pesquisa em educação: abordagens qualitativas</b> . São Paulo: EPU, 1986 THIOLLENT, M. <b>Metodologia da pesquisa-ação</b> . 11.ed. São Paulo: Cortez, 2002. AZEVEDO, Israel Belo de. <b>O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos</b> . Piracicaba : Editora Unimep, 1996. DEMO, P. <b>Metodologia Científica em ciências sociais</b> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995. _____. <b>Metodologia do conhecimento científico</b> . São Paulo: Atlas, 2000. GIL, A. C. <b>Métodos e técnicas de pesquisa social</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. _____. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

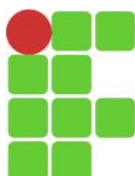
<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> <i>Aspectos andragógicos e sujeitos da EJA</i>	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 60 HORAS	
<b>E M E N T A</b>	Andragogia. História, Significado, Contexto, Função. Sujeitos da diversidade e suas principais conquistas de direitos.
<b>R E F E R Ê N C I A S</b>	<p><b>BÁSICA:</b></p> <p>CHAMOUN, Pierre Joseph. <b>A Andragogia na Educação:</b> Uma quebra de paradigmas: Novos tempos novos desafios. Instituto Atlantida, São Paulo, 2012.</p> <p>CORREIA, Carolini de Souza Vilela; HEIDRICH, Elisa Maria Côrte; RATEKE, Fernanda Gabriela. <b>A permanência do sujeito na EJA: a condição de grupo e a afetividade no cotidiano escolar.</b> Florianópolis: CEFET/EJA, 2007.</p> <p>KNOWLES, Malcolm. <b>The Adult Learner a Neglected Species.</b> Gulf Publishin Compano. Houston, 1990.</p> <p>MUCCHIELLI, Roger. <b>A formação de adultos;</b> tradução Jeanne Marie Claire Pucheu; revisão Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1980.</p> <p><b>COMPLEMENTAR:</b></p> <p>CAVALCANTI, R. A. <b>Andragogia na educação universitária,</b> Revista Conceitos, julho 2005.</p> <p>MARQUES, Francisca Maria Mendes. <b>Andragogia: sonho e realidade.</b> UNAR, Araras (SP), v.1, n.1, p.76-78, 2007.</p> <p>FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis (Org.). <b>Educação como exercício de diversidade.</b> Coleção Educação para Todos, v. 7. Brasília: MEC, SECAD, 2007.</p> <p>NOGUEIRA, Sônia Mairos. A andragogia: que contributos para a prática educativa? <b>Linhas:</b> Revista do Programa de Mestrado em Educação e Cultura. Florianópolis. v. 5, n. 2, p. 333-356, dez., 2004</p> <p>LEDO, Maria Vidal. OLIVA, Bertha Fernández. Andragogía. Revista Cubana de Educación Médica Superior v.17 n.4 – Havana, 2003. Disponível em: &lt;<a href="http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S0864-21412003000400005&amp;script=sci_arttext">http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S0864-21412003000400005&amp;script=sci_arttext</a>&gt;. Acesso em 11 dez. 2006.</p> <p>STEPHENSON, J.; LAYCOCK, M. Learning contracts: scope and rationale. In: Using learning contracts in higher education. Londres: Koogan Page, 1993.</p> <p>TEIXEIRA, Gilberto. Andragogia: A aprendizagem nos adultos. Disponível em:&lt;<a href="http://www.sereducadoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=1&amp;texto=5">http://www.sereducadoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=1&amp;texto=5</a>&gt;. Acesso em: 01 nov. 2006.</p> <p>TEIXEIRA, Gilberto. A Andragogia e seus princípios. Disponível em: &lt;<a href="http://www.sereducadoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=1&amp;texto=22">http://www.sereducadoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=1&amp;texto=22</a>&gt;. Acesso em: 01 nov. 2006.</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> <i>Estratégias político-didático-pedagógicas/andragógicas para a Educação de Jovens e Adultos</i>	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 75 HORAS	
<b>E M E N T A</b>	Princípios didáticos-pedagógicos integradores entre educação básica, educação profissional de nível médio e educação de jovens e adultos; Aprendizagem e conteúdos na educação de jovens e adultos: Implicações para a relação conteúdo, método, forma de organização e princípios didáticos; Estratégias didáticas integradoras que estimulem a autonomia discente, que exercitem a criatividade a capacidade de aplicar e transferir conhecimentos adquiridos a novas situações; A avaliação formativa nas diferentes modalidades de Ensino no nível Médio como processo contínuo nas diferentes abordagens de currículo: dimensões metodológicas, mecanismos e instrumentos da avaliação da aprendizagem; Teorias que embasam a produção de relatos de experiência; O relato de experiência como recurso à formação educador; Relatos de experiência construídos a partir da observação da própria prática e da prática de outros educadores; Alfabetização de jovens e adultos.
<b>R E F E R Ê N C I A S</b>	<b>BÁSICA:</b> BICUDO, Maria A V. e Celestino A. SILVA Jr. (orgs) <b>Formação do Educador:</b> avaliação institucional, ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora UNESP, 1999. FAZENDA, I. C. A. <b>Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.</b> Campinas: Papirus, 1994. FONTANA, R. A. C. <b>Como Nos Tornamos Educadores? Aspectos da Constituição do Sujeito Como Profissional da Educação.</b> Tese de Doutorado, 1997. <b>COMPLEMENTAR:</b> ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (orgs.). <b>O sentido da escola.</b> Rio de Janeiro: DP.& A. 2004. BRASIL. <b>Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Avaliação e Planejamento.</b> Brasília: MEC, 2006. CORDEIRO, Jaime. <b>Didática.</b> São Paulo: Contexto: 2009. DEMO, Pedro. <b>Avaliação Qualitativa.</b> 5 ed. São Paulo: Autores associados, 1995. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo). MOLL, Jaqueline. <b>Histórias de vida, histórias de escola:</b> elementos para uma pedagogia da cidade. Petrópolis: Vozes, 2000. 205 p. SCARPATO, Marta (Org.). <b>Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer.</b> São Paulo: Editora Avercamp, 2004.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

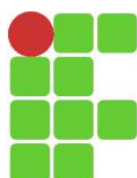
<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> <i>EJA e o mundo do Trabalho</i>	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 60 HORAS	
<b>E</b>	A Educação de Jovens e Adultos e a formação para o mercado.
<b>M</b>	O que é Mundo do Trabalho e o que é mercado de trabalho.
<b>E</b>	Trabalho e Educação.
<b>N</b>	Capital Humano e a Dialética.
<b>T</b>	Aprender por toda a vida.
<b>A</b>	Os pilares da Educação e a perspectiva do mundo do trabalho.
	Evolução do trabalho na história.
	Empregabilidade X Trabalho.
<b>R</b>	<b>BÁSICA:</b>
<b>E</b>	CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRRETI, Celso J. et al. (Org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.
<b>F</b>	FERRETI, C. J. Modernização tecnológica, qualificação profissional e o sistema público de ensino. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol. 7, n. 1, p. 84-91, jan./mar. 1993.
<b>E</b>	_____. Educação para o trabalho. In: Fernandes, R. (Org.). O trabalho no Brasil no limiar do século XXI. São Paulo: LTR, 1995.
<b>R</b>	<b>COMPLEMENTAR:</b>
<b>Ê</b>	KUENZER, A. Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão. Brasília: INEP/REDUC, 1987
<b>N</b>	SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991
<b>C</b>	TANGUY, L. Do sistema educativo ao emprego. Formação: um bem universal? Educação & Sociedade, Campinas, v. 20, n. 67, p. 48-69, ago. 1999
<b>I</b>	
<b>A</b>	
<b>S</b>	

### 5.3 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), atividade obrigatória para obtenção de certificado de conclusão do curso, será realizado individualmente e consiste de um estudo prático, teórico, empírico ou metodológico, pertinente à área de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade, cujo resultado deverá ser apresentado em forma de *Artigo*, formatado de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O TCC será acompanhado por um orientador, que deverá preferencialmente, fazer parte do quadro de servidores efetivos do IFTO, ter formação correlata à temática do curso e do TCC; e possuir titulação mínima de pós-graduação *Lato Sensu* e, preferencialmente, com pós-graduação *Stricto Sensu*. O orientador terá como função definir, juntamente com o orientando: tema, problemática, objetivo, metodologia e referências para o TCC. Deverá ainda acompanhar o seu orientando no planejamento, na elaboração e na apresentação do TCC, além de estimular a publicação dos artigos elaborados.

A indicação do orientador ocorrerá concomitantemente à realização da disciplina de





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Metodologia da Pesquisa e Produção de TCC. Cada orientador poderá orientar o TCC de no máximo 10 (dez) educandos.

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) deverá ser iniciado após a oferta do componente Metodologia da Pesquisa e Produção de TCC e ser concluído até o dia limite previsto em calendário acadêmico, podendo este prazo ser prorrogado a critério do colegiado do curso.

O TCC (trabalho escrito em forma de artigo com apresentação oral) deverá ser avaliado por uma banca, definida pelo orientador e aprovada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação. A banca julgará o TCC e atribuirá uma nota final de 0 (zero) a 10 (dez). A banca deverá ser composta pelo orientador e por mais 2 (dois) avaliadores, que deverão, prioritariamente, fazer parte do quadro de servidores efetivos do IFTO ou ter matrícula SIAPE, para casos em que o polo esteja localizado em município em que há câmpus do IFTO ou localizado em municípios vizinhos. No caso do polo localizar-se em município em que não haja câmpus do IFTO (nem próximo), a banca deverá ser composta, prioritariamente, por membros residentes na cidade sede do polo visto à impossibilidade de custeio de diárias e passagens. Salvo alguma exceção devidamente justificada ou ao interesse do avaliador em prestar serviço voluntário.

A defesa do TCC ainda poderá ocorrer por meio de tecnologias (web-conferências, videoconferências, outras) que possibilitem a comunicação em tempo real entre o educando e a banca, desde que o educando esteja no polo de apoio presencial acompanhado pelo tutor.

Os membros da banca deverão ter formação equivalente à temática do curso e do TCC e possuir titulação mínima de pós-graduação *Lato Sensu*.

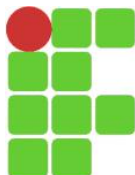
O TCC deverá ser enviado aos membros da Banca, pelo orientador, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Será considerado aprovado no TCC o educando que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete). Caso o educando seja reprovado no TCC será automaticamente desligado do curso de Pós-Graduação *Lato-sensu*.

Terminada a avaliação do TCC, o educando deverá entregar à Coordenação do Curso 3 (três) cópias do TCC impressas e encadernadas e 1 (um) ARQUIVO em CD, em formato pdf, contendo as alterações/correções sugeridas pela Banca, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação do mesmo, prorrogável por igual período, mediante solicitação com justificativa, por escrito, a ser analisada pelo Colegiado do Curso.

#### **5.4 Encontros presenciais**

Nos polos municipais haverá a mediação por meio de um tutor presencial que estará disponível durante 20 horas semanais para esclarecimento de dúvidas quanto ao desenvolvimento das atividades e utilização do ambiente virtual.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Os polos municipais deverão garantir espaços que permitam a interação, a constante reflexão, atividades práticas, debates, a avaliação dos conteúdos e o encaminhamento aos estudos independentes.

Os encontros presenciais ocorrerão nos polos de apoio presencial localizados nos municípios para realização das atividades avaliativas presenciais. Estão previstas, ainda, 2 (duas) horas presenciais para apresentação individual do TCC ao final do curso, totalizando assim 30h de atividades presenciais.

A carga horária das avaliações presenciais e da defesa do TCC são atividades obrigatórias e fazem parte do processo avaliativo contínuo do educando.

Haverá um tutor presencial disponível durante 20 horas semanais no polo para atendimento aos educandos. O tutor presencial orientará os educandos quanto aos mecanismos de utilização do Ambiente Virtual, bem como informará quanto ao cronograma das componentes e outros avisos.

### **5.5 Atividades à Distância**

O ensino e atividades a distância serão oferecidas por meio do Ambiente Virtual Moodle. Serão disponibilizados no Ambiente Virtual materiais didáticos como apostilas, textos, vídeos, dentre outros. A interação entre professor/tutor a distância e educandos se dará de forma assíncrona, por meio de fóruns, gravação de vídeos. Poderá ocorrer também de forma síncrona em chats programados entre professor/tutor e educandos.

Além do professor, haverá um tutor à distância que será responsável por mediar a comunicação de conteúdos entre o professor EaD e o cursista.

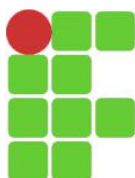
Os educandos serão motivados pelo professor/tutores a organizar o tempo para realização de auto-estudo/pesquisas de forma a cumprir com as atividades propostas.

### **5.6 Avaliação**

A avaliação do desempenho do educando para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de certificado será um processo contínuo e formativo, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, observando-se os resultados obtidos ao longo de todo o período do Curso e dar-se-á no processo, mediante:

- I – o cumprimento das atividades programadas; e
- II – a realização de avaliações presenciais.

Os resultados das avaliações citadas no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância (Decreto 5622/2005,





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

artigo 4º, parágrafo 2º). Assim, a nota final de cada componente curricular deverá ser composta de 40% de atividades avaliativas a distância e 60% de atividade(s) avaliativa(s) presencial(is).

Será aprovado em componente curricular o cursista que obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) pontos e que tiver cumprido com todas as atividades descritas como obrigatórias no plano de ensino.

O professor deverá divulgar os resultados de cada avaliação num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos da realização da avaliação, respeitando os limites do calendário acadêmico.

A avaliação do curso será feita através da discussão e reflexão entre a equipe pedagógica e cursistas sobre o desenvolvimento do trabalho.

Visando avaliar o desempenho do curso, as seguintes metas foram definidas:

- I. Número máximo de educandos por turma: 25 educandos;
- II. Número mínimo de educandos matriculados por polo: 19 educandos;
- III. Número de educandos a serem formados: 75;
- IV. Índice médio de evasão/reprovação admitido: 25%;
- V. Produção Científica: os educandos concluintes do curso devem preparar um artigo científico como trabalho de conclusão de curso e apresentá-lo.

### **5.7 Aproveitamento de Conhecimentos**

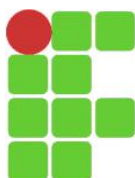
Poderá ser solicitado o aproveitamento de componentes curriculares cursados em programas de Pós-Graduação de outras instituições autorizadas e/ou reconhecidas pelo MEC ou do próprio IFTO.

A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser feita na Coordenação de Registros Escolares (CORES) do Câmpus, mediante apresentação de histórico escolar e certificado (equivalente), com cópia (autenticada) da ementa do componente curricular cursado.

No decorrer do curso, para fins de cumprimento dos indicadores de desempenho, facultase à gestão do curso a abertura de editais para recomposição de vagas ociosas, obedecendo ao estatuto do aproveitamento no que diz respeito à especializações cursadas em áreas afins ou correlatas.

Caberá ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação a análise e deliberação da solicitação.

#### **I. Controle de Frequência**





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

O controle de frequência será realizado em atividades presenciais (atividades avaliativas presenciais e defesa de TCC) nos polos.

Cada tutor presencial, que se responsabilizará pela orientação de um grupo de 25 educandos quanto ao uso de TICs, deverá registrar a presença de educandos no polo por ocasião de atividades presenciais obrigatórias, atendendo ao disposto na alínea *d*, inciso III, art. 13 do Decreto 5.622/05.

O tutor a distância fará a orientação e o acompanhamento dos educandos observando a sua participação e comprometimento nas atividades desenvolvidas. Também serão consideradas as informações fornecidas pelo tutor presencial para efeito de controle do compromisso do educando com as atividades *online* sob sua responsabilidade direta.

Ao educando que faltar a qualquer das avaliações presenciais, será facultado o direito à outra oportunidade, se esse educando requerer à Coordenação de Curso, no prazo de três dias úteis após o término do prazo de afastamento, desde que comprove por meio de documentos uma das seguintes situações:

- a) problema de saúde;
- b) obrigações com o Serviço Militar;
- c) pelo exercício do voto (um dia anterior e um dia posterior à data da eleição se coincidentes com a realização da prova);
- d) convocação pelo Poder Judiciário ou pela Justiça Eleitoral;
- e) acompanhamento de dependentes em caso de defesa da saúde;
- f) falecimento de parente (cônjuge, pai, mãe e filho), desde que a avaliação se realize dentro do período da ocorrência.

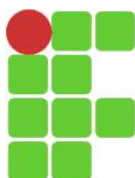
I – Somente será autorizado o regime de exercício domiciliar ao educando amparado pelo Decreto Lei no 1.044/69 e pela Lei no 6.202/75;

II – Nos casos não previstos no caput do § 3º do Art. 20, os pedidos serão analisados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação mediante requerimento devidamente justificado;

III – Para a compensação da ausência exigir-se-á do educando a entrega dos trabalhos prescritos pelos professores dos módulos/disciplinas nos prazos em que estes determinarem.

### **5.8 Equipe Pedagógica e Administrativa**

A coordenação do curso é exercida pelo Coordenador de Curso e Coordenador de Tutoria, que, juntamente com representantes dos corpos docente e discente compõem o colegiado do curso. O Coordenador de Curso preside o colegiado, o vice-presidente é o Coordenador de Tutoria.





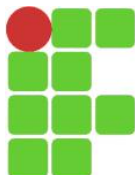


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

O cargo de Coordenador de Curso é indicado pelo Diretor do Campus e o Administrador do Ambiente Virtual é um servidor da Diretoria de Educação à Distância (vide Quadro 1), todos os outros profissionais serão selecionados através de edital específico contemplando em seus critérios a experiência profissional em educação de jovens e adultos, as normas para atuação na Educação à Distância. Atendendo à Resolução nº 1 de 8 de junho de 2007, que dispõe no Art. 4º, o corpo docente deverá ser constituído por no mínimo 50% de educadores mestres e doutores, os outros 50% poderão ser especialistas. Serão priorizados professores com formação na área de educação de jovens e adultos e/ou diversidade.

<b>QUADRO 1 – GESTORES DO CURSO</b>				
<b>GESTORES</b>	<b>TITULAÇÃO</b>	<b>ÁREA DE CONHECIMENTO DA TITULAÇÃO</b>	<b>REGIME DE TRABALHO</b>	<b>FUNÇÃO</b>
Nayara Dias Pajeú Nascimento	Mestre	Educação	40h	Coordenador Geral
A definir	-	-	-	Administrador do AVA

As atribuições de cada cargo que compõe a equipe pedagógica e administrativa estão descritas no Anexo 3.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

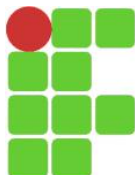
## VI. CRONOGRAMA

Atividades/Subatividades	Período
<b>1. Planejamento</b>	
1.1. Elaboração do projeto do curso.	05/2013 a 11/2013
1.2. Tramitação e aprovação do projeto do curso.	11/2013 a 12/2013
1.3. Definição da coordenação do curso, equipe técnica pedagógica, administrativa e tecnológica.	11/2013 a 01/2014
<b>2. Preparação</b>	
2.1. Processo seletivo.	02/2014
2.2. Matrículas.	03/2014
2.3. Segunda chamada.	03/2014
<b>3. Desenvolvimento</b>	
3.1. Solenidade de abertura	04/2014
3.2. Desenvolvimento do curso.	04/2014 a 04/2015
3.3. Encontros presenciais.	04/2014 a 05/2015
3.4. Relatório parcial.	11/2014
3.5. Encerramento	05/2015
<b>4. Finalização</b>	
4.1 Relatório final e parecer de cumprimento do objeto.	06/2015

## 7. CERTIFICAÇÃO

O educando que tiver integralizado o curso com aproveitamento em todos os componentes curriculares e em todas as atividades descritas como obrigatórias neste PPC, dentro dos prazos estabelecidos, receberá o certificado de *Pós-graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade*.

Para a liberação dos certificados de Pós-Graduação Lato Sensu, a Coordenação do Curso de Pós-Graduação deverá encaminhar à CORES, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados a





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

partir da entrega da versão final do TCC, a seguinte documentação:

- I. Diários preenchidos e assinados;
- II. Declaração constando os nomes das disciplinas, a carga horária e os nomes e titulação dos docentes;
- III. Declaração constando os nomes dos educandos concluintes e os títulos, nomes dos orientadores e a nota dos TCC.

O certificado será emitido pela coordenação de registros escolares do IFTO - Câmpus Paraíso do Tocantins mediante a solicitação do educando que atenda a todos os condicionantes estabelecidos neste PPC, em conformidade com a Instrução Normativa nº 09/REITORIA/IFTO de 20 de setembro de 2011 e suas alterações.

## 8. REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1992.

BECKER, Fernando. **Freire e Piaget em Relação**: um ensaio interdisciplinar. In: Educação e debate, Mauá, ano 1, n. 0, mar. 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: mar. 2013.

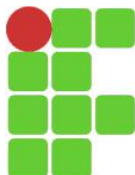
\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692 de 11.08.71, capítulo IV. Ensino Supletivo. **Legislação do Ensino Supletivo**, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CES nº. 01/2007 estabelece **normas para o funcionamento dos cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos no país**;

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 02, 26 de junho de 1997, que **dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de educadores para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio**.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.622/2005, **Regulamentação da Educação a Distância**;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 1/2000, de 1º de julho de 2000.** Institui Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: 1º de julho de 2000.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 2/2012 de 30 de janeiro de 2012.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: 30 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 outubro 2006.

\_\_\_\_\_. PARECER nº 699/71. **Regulamenta o capítulo IV da Lei 5.692/71.** 06 de julho de 1972. Constituição Federal de Educação. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Terceiro e quarto ciclos; Apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC /SEF, 1998.

DURANTE, Marta. **A alfabetização de adultos:** leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artemed, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Conscientização** – teoria e prática da libertação. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Para educadores.** 5. ed. São Paulo: Arte e Ciência, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FURTER, Pierre. **Educação e reflexão.** 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976.

GADOTTI, Moacir. **A educação contra a Educação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia:** diálogo e conflito. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

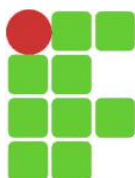
GERHARDT, Heinz-Peter. **Uma voz europeia:** Arqueologia de um pensamento. Disponível em: <<http://www.ppbr.com/ipf/bio/europeia.html>>. Acesso em: 13 outubro 2006.

GROSSI, Esther Pilar. **Por que ainda há quem não aprende?** A teoria. Petrópolis: Vozes, 2003.

HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos (1964 – 1985).** São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1991.

KNOWLES, Malcolm. **The Adult Learner a Neglected Species.** Gulf Publishin Compano. Houston, 1990.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 1993,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

PHILONENKO, Alexis. Introduction et Notes. In: KANT, Immanuel. Réflexions sur L'Éducation. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1966.

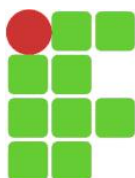
VYGOTSKY. Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Palmas, 11 de dezembro de 2013

**Décio Dias dos Reis**

Presidente Substituto do Conselho Superior

\*Versão original assinada.



Av. Joaquim Teotônio Segurado  
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.  
77.020-450 Palmas - TO  
(63) 3229-2200  
[www.ifto.edu.br](http://www.ifto.edu.br) - [reitoria@ifto.edu.br](mailto:reitoria@ifto.edu.br)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

## 9. ANEXOS

### Anexo 1 – Planilha de Bolsas

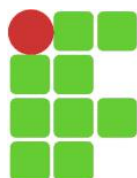
AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. PROFISSIONAIS	QUANT. DE BOLSAS	VALOR UNITÁRIO/ MENSAL	TOTAL
Gratificação da equipe pedagógica/administrativa <sup>2</sup>	Coord. Geral do Curso	1	12	R\$ 1.400,00	R\$16.800,00
	Coord. de Tutoria	1	12	R\$ 1.300,00	R\$ 15.600,00
	Professor Pesquisador	8	24	R\$ 1.300,00	R\$ 31.200,00*
	Professor Orientador	25	25	R\$ 1.300,00	R\$ 32.500,00**
	Tutor presencial	4	12	R\$765,00	R\$ 36.720,00
	Tutor à distância	8	24	R\$765,00	R\$ 18.360,00***
	<b>Subtotal</b>				

\* Cálculo efetuado para professor (1 bolsa para cada 15 horas):  $(360h / 15h) \times R\$ 1.300,00 = R\$ 31.200,00$ .

\*\* Cálculo efetuado para orientador (1 bolsa para cada 4 educandos):  $25 \times R\$ 1.300,00 = R\$ 32.500,00$ .

\*\*\* Cálculo efetuado para tutor a distância:  $(360h / 15h) \times R\$ 1.300,00 = R\$ 18.360,00$ .

<sup>2</sup> Os pagamentos de bolsas se darão conforme os critérios especificados na Lei 11.273/2006.

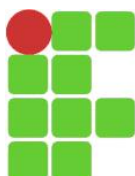




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

**Anexo 2 – Recursos Financeiros para Custeio do Curso**

<b>AÇÃO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QUANT. PROFISSIONAIS</b>	<b>QUANT.</b>	<b>VALOR UNITÁRIO/ MENSAL</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Material de consumo/Serviços de Terceiros</b>	Impressão de avaliações	100 (avaliações) x 8 (disciplinas) = 800 avaliações 800 (avaliações) x 3(páginas) = 2.400 páginas (R\$ 0,10 por página) = R\$ R\$ 240,00		R\$ 30,00	R\$ 240,00
	Impressão de Material Didático	100 unidades		R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
	Postagem em correios 8 provas enviadas para 4 polos	Valor da post. X 28		R\$ 30,00	R\$ 896,00
	Despesas acadêmicas para manutenção dos polos*	Insumos e materiais		R\$ 318,00	R\$ 3.813,00
	<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 9.949,00</b>
<b>Auxílio Financeiro ao Educando</b>	Bolsas para os educandos	100	12	R\$ 135,00	<b>R\$ 162.000,00</b>
<b>Total geral</b>				<b>R\$ 171.949,00</b>	

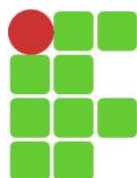




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

**Anexo 3 – Atribuições da Equipe Pedagógico/Administrativa**

Descrição	Quant.	Função
<b>Administrador do AVA</b>	1	<ul style="list-style-type: none"><li>- Administrar o AVA do curso;</li><li>- Disponibilizar arquivos de interesse dos cursistas;</li><li>- Auxiliar a organização dos módulos junto aos educadores;</li><li>- Auxiliar a equipe pedagógica na operacionalização do AVA;</li><li>- Dar suporte técnico e manutenção continuamente ao sistema;</li><li>- Cadastrar dos educandos no AVA;</li><li>- Cadastrar professores e tutores no AVA;</li><li>- Lançar bolsas no sistema de pagamento do FNDE;</li><li>- Realizar treinamento com a equipe.</li></ul>
<b>Coordenador de curso</b>	1	<ul style="list-style-type: none"><li>- Participar da elaboração do projeto pedagógico, observando os critérios necessários para um curso em EAD, quanto à metodologia, profissionais envolvidos, recursos tecnológicos e outros itens;</li><li>- Coordenar e acompanhar o curso como um todo;</li><li>- Interagir sistematicamente com os educadores pesquisadores e educadores orientadores, buscando observar, discutir e agir sobre qualquer problema acadêmico ou administrativo do curso;</li><li>- Exercer a coordenação pedagógica do curso;</li><li>- Realizar o planejamento e desenvolvimento dos processos seletivos de educandos;</li><li>- Realizar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no Sistema, em conjunto com a Diretoria de Educação à Distância;</li><li>- Acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores, dos educadores e do coordenador de tutoria;</li><li>- Informar para o setor financeiro a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento;</li><li>- Participar dos fóruns virtuais;</li><li>- Acompanhar o registro acadêmico dos educandos matriculados no curso;</li><li>- Indicar, juntamente com o educador orientador, a</li></ul>

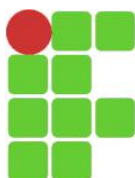






MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

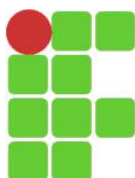
Descrição	Quant.	Função
		<p>composição de Bancas Examinadoras de Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Representar o curso onde e quando se fizer necessário;</li><li>- Participar das reuniões com a Diretoria de Pós-Graduação;</li><li>- Elaborar o relatório final do curso conforme formulário próprio, disponível no site da PROPI e solicitar emissão dos certificados;</li><li>- Participar da capacitação no AVA.</li><li>- Informar para o Administrador do AVA qual a relação mensal de professores e tutores aptos e inaptos para recebimento de bolsas.</li></ul>
<b>Coordenador de tutoria</b>	1	<ul style="list-style-type: none"><li>- Efetuar o cadastramento dos educandos e das disciplinas no moodle, em parceria com a administração do AVA;</li><li>- Promover verificação permanente das atividades desenvolvidas no AVA dos educadores pesquisadores e tutores a distância, acompanhando o cumprimento do Termo de Compromisso;</li><li>- Acompanhar diariamente e intervir, verificando se educador e tutor à distância têm frequência diária na plataforma moodle e se respondem às mensagens postadas no ambiente virtual, podendo eles se ausentarem por, no máximo, 48 horas da mesma;</li><li>- Acompanhar a organização da disciplina postada na plataforma moodle, para que esta siga os moldes da Disciplina Modelo, proposto pela DEAD;</li><li>- Acompanhar periodicamente a divulgação dos resultados avaliativos dos educandos por parte do educador pesquisador, incluindo o resultado do Exame Presencial Final (EPF), que deverá estar postado no máximo em 72 horas, após o recebimento das provas pelo educador pesquisador;</li><li>- Acompanhar diariamente e intervir na atividade do tutor a distância referente à disponibilização de pelo menos 1h diária, cinco dias por semana, para estar presente no AVA por meio da abertura de um <i>chat</i>, interagindo com os participantes, motivando-os e incentivando-os a participarem nas atividades; tirar dúvidas, inclusive sobre o conteúdo da disciplina e respondendo às mensagens recebidas. Os <i>chats</i> disponibilizados pelo tutor a distância devem ter seus dias e horários divulgados dentro do Fórum de Notícias. Comunicar</li></ul>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

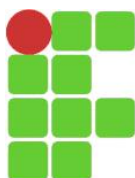
Descrição	Quant.	Função
		<p>ao Coordenador do Curso sobre faltas no cumprimento desta atividade;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Acompanhar diariamente e intervir caso o tutor não possa cumprir o horário proposto de <i>chat</i> em determinado dia, devendo colocar com antecedência no Fórum de Notícias um aviso, dizendo em qual dia será a reposição desse horário. Comunicar ao Coordenador do Curso sobre faltas no cumprimento desta atividade;</li><li>- Acompanhar diariamente e intervir no caso de o tutor a distância se ausentar da realização/presença no <i>chat</i>, no dia e hora programados, e não comunicar ou deixar de repor o evento na semana seguinte, devendo esta reposição ser comunicada com antecedência no Fórum de Notícias. Comunicar ao Coordenador do Curso sobre faltas no cumprimento desta atividade;</li><li>- Encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria;</li><li>- Participar da capacitação no AVA.</li></ul>
<b>Professor pesquisador (ministrar componente curricular a distância)</b>	1 por componente curricular	<ul style="list-style-type: none"><li>- Elaborar e entregar os conteúdos dos módulos desenvolvidos ao longo do curso no prazo determinado;</li><li>- Adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizados para o desenvolvimento do curso à linguagem da modalidade a distância</li><li>- Disponibilizar, aos educandos o material didático nas diversas mídias;</li><li>- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;</li><li>- Desenvolver as atividades educadores da disciplina em oferta na modalidade a distância mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no projeto acadêmico do curso;</li><li>- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;</li><li>- Desenvolver o sistema de avaliação de educandos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;</li><li>- Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos educandos e do desenvolvimento da disciplina.</li></ul>
<b>Professor Pesquisador</b>	1 para cada 10 educandos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Orientar e corrigir um mínimo de 10 (dez) Trabalhos de Conclusão de Curso;</li></ul>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Descrição	Quant.	Função
(orientador de TCC)		<ul style="list-style-type: none"><li>- Manter comunicação com os acadêmicos sob sua orientação e dar retorno às solicitações destes;</li><li>- Acompanhar as atividades dos acadêmicos orientados;</li><li>- Esclarecer dúvidas dos acadêmicos orientados, dando suporte teórico e prático às atividades destes, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Curso;</li><li>- Estimular a construção e reconstrução do conhecimento pelos educandos, incentivando-os a adotarem uma postura investigativa e crítica diante dos conhecimentos apresentados e fenômenos observados/vivenciados;</li><li>- Estimular a reflexão dos educandos sobre as possibilidades de aplicação consciente e eficiente dos conhecimentos adquiridos, apontando vínculos entre a teoria e a prática profissional;</li><li>- Apresentar relatórios das orientações realizadas junto aos acadêmicos orientados para arquivo do Curso;</li><li>- Participar da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).</li><li>- Responsabilizar-se pelo total cumprimento do cronograma das orientações estabelecido pelo Coordenador;</li><li>- Encaminhar à Coordenação do Curso as notas dos TCCs;</li><li>- Participar de reunião com a Coordenação sempre que solicitado.</li></ul>
<b>Tutor à distância</b>	1 por componente curricular	<ul style="list-style-type: none"><li>- Apoiar o educador do componente curricular nas atividades educacionais.</li><li>- Acompanhar as atividades do Ambiente Virtual de Aprendizagem.</li><li>- Elaborar os relatórios de regularidade dos educandos.</li><li>- Elaborar os relatórios de desempenho dos educandos nas atividades.</li><li>- Aplicar avaliações a distância.</li><li>- Coordenar as atividades a distância.</li><li>- Mediar a comunicação de conteúdos entre o educador e o cursista.</li><li>- Estabelecer contato com os educandos;</li><li>- Responder fóruns de dúvidas;</li><li>- Participar da capacitação no AVA.</li></ul>
<b>Tutor presencial</b>	1 para cada 25 educandos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Mediar a comunicação de conteúdos entre o educador e os cursistas;</li><li>- Acompanhar as atividades discentes, conforme o</li></ul>





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Descrição	Quant.	Função
		<p>cronograma do curso;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Assistir os educandos nas atividades presenciais;</li><li>- Apoiar o educador da disciplina nas atividades;</li><li>- Acompanhar as atividades do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA;</li><li>- Apoiar os educandos na utilização da plataforma moodle (postar, baixar, e até mesmo na participação dos fóruns);</li><li>- Elaborar relatórios mensais de regularidade dos educandos e de desempenho dos mesmos nas atividades e encaminhar à coordenação;</li><li>- Mediar a comunicação educando/tutor a distância/educador/coordenação;</li><li>- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações;</li><li>- Participar da capacitação no AVA.</li></ul>

